



¿Quais as causas da concentração de terras? Um olhar crítico sobre a região da bacia de congo



NOSSA OPINIÃO

- **Bacia do Congo: na mira do capital** p. 3
- QUAIS AS CAUSAS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS?:
UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A REGIÃO DA BACIA DE CONGO**
- **Emergir sem submergir: o desafio das políticas internacionais para o meio ambiente na África Central** p. 5
 - **A mulher e a propriedade em Camarões: entre o direito e a realidade** p.11
 - **República Democrática do Congo (RDC): comunidades se mobilizam para se libertar de um século de plantações coloniais de dendê** p. 15
 - **Agroindústria, um passo para a dependência alimentar da África** p. 18
 - **Infraestrutura, desenvolvimento e recursos naturais na África: alguns exemplos de Camarões** p. 20
 - **Áreas Protegidas na Bacia do Congo: fracassando na proteção das pessoas e da biodiversidade** p. 25
 - **Concentração de terras: táticas usadas por atores europeus no exterior** p. 29



ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

- **Estratégias e táticas das empresas que promovem a expansão das plantações de dendezeiros, enfrentando a resistência das comunidades vizinhas** p.35

ALERTAS DE ACCIÓN

- **“Conservacionistas, vocês estão ouvindo?”
Povos indígenas Baka em Camarões** p.38
- **Mobilizações camponesas em Camarões** p.38

RECOMENDADOS

- **Sob o Radar: Um breve resumo da situação dos ambientalistas na África Central** p.39
- **A cartilha “12 Respostas para 12 Mentiras sobre plantações de monoculturas de dendê” disponível em Swahili e em Lingala** p.39
- **A cartilha “10 alertas sobre REDD para comunidades” disponível em Swahili e em Lingala** p.40
- **Coleção de vídeos sobre os impactos das grandes plantações industriais de dendê** p.40
- **Realidades do REDD: duas publicações que mostram como é o REDD para as comunidades** p.40
- **Mulheres da África Ocidental defendem o óleo de dendê tradicional** p.41



NOSSA OPINIÃO



Bacia do Congo: na mira do capital

A Bacia do Congo, localizada na África Central, contém a segunda maior floresta do mundo. Seu extenso território é compartilhado em parte ou no todo por seis países: República Democrática do Congo, República do Congo, Gabão, Camarões, República Centro-Africana e Guiné Equatorial. Com este boletim, tentamos abordar e denunciar a intensa captura de terras que os povos da região vêm enfrentando e à qual vêm resistindo. São territórios de floresta que abrigam cerca de 30 milhões de pessoas e lhes fornecem meios de vida e sustento.

Este boletim é resultado da decisão do secretariado do WRM de concentrar, a partir deste ano, alguns dos seus boletins em regiões em vez de temáticas. Isso foi sugerido pelos próprios leitores e leitoras do boletim, como forma de compartilharmos informações e nos aprofundarmos no que acontece em algumas regiões que são importantes por suas florestas. Esperamos, também, que este boletim com foco na Bacia do Congo, juntamente com organizações e ativistas da região que ajudaram no esforço para construí-lo, contribua para disseminar uma visão mais ampla sobre o que está acontecendo nesse território.

Na verdade, um boletim com foco na Bacia do Congo é mais do que necessário. A região sofre uma nova onda de colonialismo. A concentração de terras, embora não seja novidade na região, vem sendo aprofundada após a crise financeira e o forte aumento dos preços dos alimentos de 2007-2008. Isso, juntamente com a relativa calma que existe em vários países da região, após anos de guerra civil e distúrbios, principalmente na República Democrática do Congo (RDC), contribui para a promoção dos investimentos estrangeiros. O resultado será mais desmatamento em grande escala e a concentração do controle territorial em poucas mãos, com novos investimentos em plantações de monoculturas, energia e infraestrutura, afetando principalmente as pessoas que vivem e dependem das florestas.

Um artigo neste boletim reflete sobre como as políticas internacionais e regionais sobre temas florestais não conseguiram atingir seus próprios objetivos porque esses instrumentos não procuram implementar mudanças profundas e necessárias. Por outro lado, o problema da propriedade está no centro do debate na Bacia do Congo, razão pela



qual um dos artigos trata especificamente do significado disso para as mulheres africanas, que arcam com 60% da produção de alimentos nas comunidades. Outro artigo compartilha as reflexões de uma reunião regional em que foram identificadas algumas das táticas usadas por empresas de dendê para expandir suas monoculturas em terras comunitárias diante da resistência local. Nesse sentido, o artigo seguinte explora processos de investimento do agronegócio que acabam prejudicando a agricultura camponesa, como os megaparques agroindustriais da RDC. Outro artigo deste boletim sobre Camarões questiona os impactos reais que envolvem projetos de infraestrutura, transporte e energia. Há também um artigo reflete sobre o fracasso do estabelecimento de áreas protegidas na Bacia do Congo, uma vez que elas são regidas por uma visão baseada em “armas e guardas”, que separa grandes áreas cujo acesso é proibido para as populações locais. Na República do Congo e na República Democrática do Congo, por exemplo, planeja-se a realização de grandes projetos de REDD+ que cobrem partes de um parque nacional e uma reserva, respectivamente. Ambos projetos REDD+ contêm disposições que poderiam acabar prejudicando essas pessoas ainda mais.

Começaram a proliferar na região os projetos do tipo REDD+, porque a mesma conserva grandes áreas de florestas, graças às comunidades que tradicionalmente ocupam a região. No entanto, essa proliferação de parques e projetos “de conservação” na forma de REDD+ não impediu o aumento dos planos para a expansão das plantações de dendezeiros e outras monoculturas. Além de ela permitir a destruição e a degradação contínuas das florestas, os projetos de REDD+ e outros semelhantes ameaçam os direitos das comunidades de usar, controlar e acessar suas florestas.

Os efeitos dessa nova onda de colonialismo são visíveis na região. Ao olhar para o avanço da concentração de terras – e conseqüentemente, de florestas, água, culturas e vida – enxerga-se um modelo extrativista, industrial, estranho e predador, no qual as florestas da Bacia do Congo são consideradas “recursos” que podem ser quantificados, extraídos, controlados, comprados e vendidos.

Por fim, este boletim tenta mostrar que a consequência de estas atividades extrativas e a captura e concentração de terras que isso possibilita é a quase sempre violenta expulsão de famílias, comunidades e povos, a destruição de culturas, tecidos sociais, tradições enraizadas nas florestas e identidades diversas, e a perda de autonomia e controle da terra por parte das comunidades que conviveram com as florestas da Bacia do Congo por incontáveis gerações.



QUAIS AS CAUSAS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS?: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A REGIÃO DA BACIA DE CONGO



Emergir sem submergir: o desafio das políticas internacionais para o meio ambiente na África Central

A África Central está repleta de iniciativas para o manejo dos recursos naturais, às vezes regionais, outras vezes, internacionais. Nessa região florestal por excelência, o conjunto dessas iniciativas afeta direta ou indiretamente o setor de florestas. Os instrumentos mais ativos a esse respeito são, sem dúvida, os Acordos de Parceria Voluntária para a Aplicação de Leis e Governança em relação às florestas e Comércio de madeira voltada para a União Europeia (APV-FLEGT, na sigla em inglês) e a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, a conservação, o aumento das reservas de carbono e o manejo sustentável das florestas (REDD+). O primeiro, que decorre de uma mudança na política da União Europeia em 2003, destinada a limitar tanto a exploração ilegal das florestas quanto os efeitos prejudiciais dessa exploração nos países produtores, foi objeto de acordos com Camarões, Congo e República Centro-Africana (RCA). A República Democrática do Congo (RDC) está em fase de negociação, enquanto o Gabão iniciou as negociações, mas depois as interrompeu. O REDD+, por sua vez, foi aceito por todos os países, com resultados variados. A RDC está à frente, enquanto o Gabão tem uma pausa no desenvolvimento do dispositivo necessário para a implementação do sistema de REDD+, embora, em 2014, o país tenha aprovado uma lei sobre Desenvolvimento Sustentável que irá facilitar, entre outras coisas, o comércio de carbono. (1)

Além do FLEGT e do REDD+, os países da sub-região estão aderindo, aos poucos, a certos instrumentos que, embora não estejam todos diretamente relacionados ao setor florestal, terão forte impacto sobre ele, na medida em que todos esses países têm florestas que cobrem cerca de 50% de seus respectivos territórios. Entre os mais importantes estão a Aliança para as Florestas Tropicais 2020 (The Rainforest Alliance, mais conhecida pela sigla em inglês TFA 2020), a Iniciativa para a Restauração da Paisagem Florestal Africana (AFR 100 na sigla em inglês – African Forest Landscape Restoration Initiative). Também podemos mencionar as supostas inovações no campo da luta contra as mudanças climáticas: o Fundo Verde para o Clima, o Acordo de Paris 2015 sobre o clima, etc. Oficialmente, todas essas iniciativas têm excelentes intenções para com o desenvolvimento da sub-região, de modo que não é de estranhar que todos



os governos as tenham aceitado. No entanto, experiências anteriores de iniciativas internacionais apresentadas em lindas cores devem nos ensinar a ser muito cautelosos.

Antes de tudo, é preciso se preocupar com as comunidades rurais em geral e, em particular, com as comunidades que vivem nas florestas, já que, quando não são meras espectadoras dessas grandes iniciativas, elas costumam ser as primeiras afetadas. É importante ver o caso dos projetos de REDD+ em outras sub-regiões da África (Quênia, Uganda, Moçambique, etc.). Em Uganda, por exemplo, 22.000 pessoas foram expulsas dos distritos de Mubende e Kiboga para permitir a instalação de um imenso projeto de REDD+. Mais perto de nós, já existem exemplos de projetos de REDD+ que ameaçam seriamente a sobrevivência de grupos indígenas, como discutiremos abaixo. Depois de fazer um exame retrospectivo dos ensinamentos de REDD+ e FLEGT em nossos países, examinaremos os riscos associados às novas iniciativas e saberemos se esses ensinamentos foram levados em conta. Por fim, proporemos algumas medidas temporárias para evitar que as novas ferramentas de desenvolvimento não se tornem instrumentos de morte.

As comunidades que dependem da floresta, o REDD+ e o FLEGT: lições do passado que inspiram desconfiança ou, ao menos, cautela

Existem várias análises dos últimos anos sobre a eficácia desses dois instrumentos. Os resultados são unânimes: embora tenham permitido liberar gradualmente o espaço político e despertar maior interesse das populações sobre as políticas florestais, nenhum desses instrumentos se mostrou satisfatório nem correspondeu plenamente a seus próprios objetivos iniciais.

FLEGT: iniciado para combater a exploração ilegal das florestas, esse instrumento está longe de ter alcançado seus objetivos iniciais. Quando os Acordos de Parceria Voluntária foram assinados, em 2009, na RCA e na República do Congo, e em 2010, em Camarões, a ambição implícita da maioria dos atores era de que as licenças FLEGT fossem concedidas já em 2013, coincidindo com a entrada em vigor do Regulamento da União Europeia sobre Madeira. Três anos mais tarde, nenhuma licença FLEGT havia sido concedida. Para compreender isso, é necessário saber que essas licenças confirmariam a relativamente boa governança no setor florestal, devida especialmente a uma melhor aplicação das leis. Em outras palavras, entre 2009/2010 e 2016, os Estados não conseguiram demonstrar que estão administrando melhor as suas florestas. O que isso significa para as comunidades, na prática?

Deve-se ressaltar que uma mudança positiva observada graças a esse instrumento é que a sociedade civil e as comunidades conquistaram um lugar melhor na mesa de negociações. Agora elas podem expressar suas opiniões sobre a elaboração de leis e políticas e sobre sua implementação. Por exemplo, em Camarões, a sociedade civil e as comunidades autóctones fazem parte das instâncias oficiais de acompanhamento dos Acordos de Parceria Voluntária. No entanto, além da participação, é necessário analisar em que medida a opinião desses participantes é levada em conta. Na verdade, em todos os países, as opiniões da sociedade civil e das comunidades frequentemente são postas de lado sem uma explicação real. Da mesma forma, apesar da chegada do FLEGT, as condições de vida das comunidades não melhoraram; em alguns casos, até pioraram. Em Camarões, desde janeiro de 2015, as populações já não recebem sua parte das



rendas anuais oriundas da floresta. Embora essa mudança não se deva ao FLEGT, inúmeras reivindicações das comunidades que dependem da floresta contra a supressão da sua parte dos royalties sobre a madeira não conseguiram mudar nada. Por fim, como regra geral, a exploração das florestas não diminuiu em qualquer país da sub-região. Os casos de carregamentos ilegais de madeira que chegam à Europa ou à China têm sido objeto de numerosos relatórios. Um dos mais espetaculares foi sobre o confisco, em solo belga, de uma carga da madeira de afromosia em 2013, uma espécie incluída na lista CITES. (2)

REDD+: Assim como o FLEGT, o REDD+ tem facilitado a participação de grupos que normalmente são excluídos dos processos de decisão. Em cada etapa de preparação para o investimento, a sociedade civil se mobilizou para transmitir a importância de respeitar os direitos das comunidades. Embora a mensagem tenha sido parcialmente entendida, principalmente com relação à necessidade de salvaguardas sociais e ambientais, o resto parece ter sido ignorado. A participação propriamente dita é considerada um favor. Deve-se dizer que, sem uma definição clara do que se entende por “participação”, é muito fácil desvalorizar esse termo. Um exemplo claro é o da República do Congo, onde o governo elaborou em 2014 um manual para instruir as comunidades florestais em matéria de salvaguardas do REDD+, mas só o apresentou à sociedade civil na véspera do curso, mesmo sabendo-se que essa mesma sociedade civil deveria ter contribuído com sua experiência em toda a fase de concepção do material educativo. Mais recentemente, o governo de Camarões também distorceu o significado da participação quando convidou a sociedade civil a comentar, no prazo de uma semana, seu documento estratégico para investimento em projetos de REDD+. Em uma semana, uma sociedade civil diversificada teria que comentar um documento de cerca de 100 páginas, escrito em inglês, em um país de maioria francófona. Por fim, sempre é importante questionar a legitimidade dos “participantes”. Além de associações indígenas e chefes tradicionais, nenhum agrupamento das populações que dependem das florestas participa dessas discussões que, no entanto, afetarão acima de tudo os seus estilos de vida.

Ao contrário do FLEGT, que ainda não teve efeitos negativos diretos sobre as comunidades florestais, o REDD+ já causou sofrimento na RDC. Os projetos Ibi-Bateké e Mai-Ndombé estão aí para mostrar que as comunidades em toda a sub-região correm grandes riscos. Em nenhum dos dois projetos foi pedido o consentimento prévio, livre e informado das comunidades locais e indígenas (Batwa), embora elas tenham direitos consuetudinários à terra usada pelo projeto. Em ambos os casos, as empresas que exploram os créditos de carbono aplicaram o princípio de “dividir para reinar”. Um setor da comunidade, principalmente elites e chefes de aldeia, recebeu parte da renda já gerada, o que permitiu que a empresa declarasse que distribuiu benefícios equitativamente. Enquanto isso, a maioria da população é privada dessa renda. E o mais importante, em Mai-Ndombe, por exemplo, essa situação criou tensões entre aqueles que se opõem veementemente ao projeto e os que o defendem. Finalmente, como no caso do FLEGT, o REDD+ não se mostra eficaz no que diz respeito aos seus objetivos mais fundamentais: reduzir o desmatamento e a degradação florestal. As avaliações feitas sobre esses projetos, que dão créditos de carbono, revelam uma nova deterioração significativa das florestas. (3)

Nem o FLEGT nem o REDD+ fizeram uma mudança substancial verdadeira em termos dos direitos das comunidades. Uma lei sobre os povos indígenas foi aprovada na



República do Congo, durante a execução dos Acordos Voluntários de Associação do FLEGT, mas sua aplicação continua impossível devido à ausência de regulamentação. Na RDC, apesar de uma grande promessa, o REDD+ não consegue fazer avançar reformas essenciais para sua implementação: ordenamento territorial, gestão da propriedade da terra, etc. Embora seja possível encontrar uma relação entre o interesse da sociedade civil em participar no processo de REDD+ e a promulgação de um decreto favorável às florestas comunitárias em 2015, o fato é que esse decreto não é claro, assim como não é o seu interesse para as comunidades. Nesse contexto, como podemos confiar em novos instrumentos, principalmente quando eles atraem tão fortemente a atenção dos governos, se, mais uma vez, como nos casos do FLEGT e do REDD+, o lugar das comunidades que dependem da floresta não está claro desde o início?

As iniciativas atuais não podem resolver as causas profundas

A razão pela qual nem o FLEGT nem o REDD+ podem mudar profundamente a situação atual das comunidades que dependem da floresta é que esses instrumentos não têm como objetivo fazer mudanças profundas. Entre as mudanças necessárias para garantir que as comunidades finalmente tirem proveito da floresta, três se destacam: reconhecer e garantir os direitos consuetudinários sobre a terra, estabelecer uma participação real e indiscutível sobre os benefícios, e garantir o acesso à justiça, nomeadamente à indenização em caso de prejuízos. Se essas mudanças fundamentais não fazem parte das metas do FLEGT e do REDD+, muito menos da TFA 2020 ou da AFR 100.

Reconhecer e garantir os direitos consuetudinários sobre as terras florestais: há muitos casos em que as comunidades não têm conseguido agir contra a exploração ilegal ou um projeto injusto de REDD+, simplesmente por causa do tipo de direitos que lhes são reconhecidos sobre as terras onde elas executam essas atividades. Enquanto as comunidades reivindicam direitos consuetudinários sobre mais de 70% da terra, menos de 10% são reconhecidos oficialmente. Essa diferença é muito útil para os investidores do setor florestal. Nos projetos de REDD+ mencionados anteriormente, as comunidades foram expulsas com base no princípio equivocado segundo o qual o Estado é o proprietário das terras e, como tal, pode transferi-las à vontade. Além disso, o direito reconhecido de imediato nas florestas de toda a sub-região é o de uso, o que torna difícil e até impossível para as comunidades barrar o caminho a um investidor que tenha invadido sua floresta. A isso se acrescenta a falta de transparência que prevalece no setor florestal; as comunidades são muitas vezes obrigadas a recorrer à administração para identificar as empresas que extraem madeira de sua própria terra.

Acesso à compensação e participação real nos benefícios: Embora todas as leis sobre florestas e territórios tenham regras para a indenização em caso de danos ou perdas, a prática é muito diferente. As quantias concedidas a título de indenização às vezes são muito menores do que os reais benefícios que as comunidades obtêm de suas terras. É o caso de Camarões, República do Congo e até mesmo o Gabão. Além disso, o respeito às leis, por mais frágeis que sejam, é muito problemático. Quanto ao acesso aos benefícios, as regras atuais permitem que as comunidades, em todos os países com exceção de Camarões, recebam uma parte proporcional da receita gerada pela silvicultura e pelo comércio de carbono. Esses benefícios, que geralmente chegam muito tarde ao nível da comunidade, nem sempre são administrados de forma eficaz, já que elas têm pouca



capacidade de gestão financeira. Na verdade, os principais beneficiários continuam sendo as empresas, as ONGs que promovem os projetos de REDD+ e os intermediários.

De modo mais geral, há uma incoerência entre os objetivos de bom manejo das florestas e as necessidades de desenvolvimento dos países. Após a crise de fome de 2008, observou-se um florescimento da “visão do emergente” no Congo, no Gabão, em Camarões, na República Democrática do Congo e na República Centro-Africana, fazendo com que esses países competissem no prazo para se desenvolver. Assim, para Camarões, a ambição é ter se tornado um país emergente em 2035; na RDC, a meta estabelecida é 2030; República do Congo e Gabão definiram a data como 2025. A ambição da Guiné Equatorial é ainda maior: o país prevê sua emergência econômica para 2020. A opção principal de desenvolvimento escolhida nesses países é baseada na valorização do seu capital com base em recursos naturais. Não se trata apenas de seguir dependendo do petróleo, que, em todos esses países, representa mais de 60% do patrimônio nacional, mas de diversificar os recursos naturais valorizados. Um indicador dessa nova tendência é a conversão progressiva de florestas em agricultura, mineração ou infraestrutura. Se considerarmos que, durante os últimos dez anos, cerca de 2 milhões de hectares de florestas foram destinados a investimentos não florestais (agricultura, mineração, infraestrutura, etc.), pode-se afirmar sem rodeios que a destruição de florestas será imensa nos próximos anos. Da mesma forma, as licenças concedidas em 2011 para extrair petróleo no parque de conservação Virunga, o mais antigo da RDC, é um exemplo da contradição que caracteriza os governos da sub-região em relação às suas políticas ambientais.

O que fazer?

Como vimos, o REDD+ e o FLEGT são pouco operantes e literalmente incapazes de cumprir seus próprios objetivos. Quando não afetam negativamente as comunidades, eles contribuem pouco, principalmente porque deixam intactas as causas profundas que descrevemos brevemente e às quais poderíamos acrescentar uma longa lista. A TFA 2020 e a AFR 100, como muitos outros, vão se deparar com os mesmos problemas. São iniciativas que tentam consertar as coisas de forma pontual e não buscam enfrentar os principais problemas em torno do manejo dos recursos naturais. A TFA 2020, com seu objetivo de “desenvolver uma agricultura sustentável baseada na parceria entre os setores público e privado” também prevê ajudar os pequenos produtores, principalmente com assessorias pontuais para o desenvolvimento de plantações, mas nada está previsto quanto ao enfrentamento das causas estruturais.

Com relação à AFR 100, ainda é muito cedo para avaliar a sua capacidade de influenciar as comunidades que dependem da floresta na África Central. Seu objetivo de “restaurar 100 milhões de hectares de paisagens florestais de 2030” é muito ambicioso e certamente louvável para as comunidades, que poderiam ver restaurado o seu ambiente. No entanto, as modalidades de acesso à terra ainda não foram especificadas. O site do World Resource Institute sobre a AFR 100 indica que alguns países já teriam concordado em “restaurar” 41 milhões de hectares, (4) entre os quais estão a RDC e a RCA. Até o momento, não se iniciou qualquer consulta às populações desses países, mas está claro que os territórios a “restaurar” serão terras comunitárias, porque os Estados da RDC e da RCA não podem fingir ser proprietários dessas extensões de terra. Parece razoável perguntar quem vai ganhar com a “restauração” das florestas. O objetivo parece nobre, mas os riscos são importantes. Alguns exemplos de projetos de



REDD+ na RDC são suficientes para demonstrar que uma iniciativa de restauração pode ser prejudicial para o meio ambiente (destruição da biodiversidade da savana e sua substituição pela monocultura) e para as comunidades (concentração de terras e destruição dos recursos essenciais).

Com base no exposto, é fácil imaginar que a TFA 2020 e a AFR 100 poderiam seguir os passos do REDD+ e do FLEGT e, assim, prejudicar as comunidades ou não melhorar significativamente o seu padrão de vida. Isso não é suficiente para desestimular as comunidades e a sociedade civil a participar de sua implementação. É sabido que, em geral, esses atores se dividem entre os que consideram melhor nem se sentar a uma mesa de negociação ruim e os que acham que quem não se senta à mesa está sobre a mesa, ou seja, é o prato. Nós pensamos que às vezes é preciso se envolver nesses tipos de processos ou, pelo menos, aprender sobre eles, para ter as ferramentas necessárias para melhorá-los quando for possível ou combatê-los se for necessário. No momento, é possível recomendar três medidas sobre as iniciativas que, sem dúvida, vão se multiplicar nos próximos anos:

- Desenvolver argumentos antes de se sentar à mesa: um problema que tem sido observado é que a sociedade civil e as comunidades raramente conseguem impor a pauta. No entanto, as salvaguardas ambientais e sociais, hoje quase obrigatórias em qualquer mecanismo de REDD+, são um teste para a capacidade desses atores de influenciar o programa, contanto que eles estejam preparados para defender suas posições. Para isso, é preciso conseguir de antemão uma boa coesão interna.
- Visar os direitos substanciais: a principal contribuição do FLEGT no Congo foi a adoção de uma lei sobre os povos autóctones. As outras mudanças, tanto lá quanto em outros países, referiram-se a direitos menos consistentes e intangíveis, como o de participar de determinados espaços de tomada de decisões. É importante incentivar reformas que realmente visem mudar a vida das comunidades, como aquelas que permitiriam garantir os direitos consuetudinários à terra, uma melhor distribuição dos benefícios, garantia de acesso aos instrumentos de indenização em caso de danos, etc.
- Comparar, “dar nome e valorizar” os bons exemplos: as ONGs na sub-região devem documentar mais os exemplos positivos da gestão dos recursos naturais de outros países para propor soluções concretas e viáveis. Os governos costumam se opor a propostas de leis mais respeitadas para com os direitos tradicionais, sob o argumento de que “não são viáveis”. No entanto, a região está repleta de exemplos positivos. Os casos de Gana, Botsuana e Burquina Faso mostram que é possível reconhecer importantes direitos territoriais das populações sem retardar o desenvolvimento do país. Foi esse o tipo de aprendizado que incentivou a Rede Africana de Direitos Comunitários (African Community Rights Network) a publicar, em 2014, um relatório comparativo sobre direitos da comunidade, REDD+ e FLEGT (5). A rede acaba de desenvolver um índice de avaliação do grau de proteção dos direitos territoriais na África. E já fez uma primeira análise que aplicou esse índice em oito países, e se pode supor que os resultados tendam a mostrar o que está funcionando, para incentivar todos os países a melhorar a sua posição.

Téodyl Nkuintchua, nkuintchua@yahoo.fr

Centre pour l'Environnement et le Développement, www.cedcameroun.org

(1) <http://gabonreview.com/blog/developpement-durable-les-inquietudes-de-la-societe-civile-sur-la-nouvelle-loi-dorientation/>



- (2) <http://www.radiookapi.net/environnement/2013/11/28/allemanne-saisie-de-deux-cargaisons-de-bois-illegalement-exporte-de-la-rdc>
- (3) <http://wrm.org.uy/fr/les-articles-du-bulletin-wrm/section2/le-projet-foret-tropicale-du-bassin-du-congo-les-communautes-se-mefient-de-la-revolution-de-conservation/>
- (4) <http://www.wri.org/our-work/project/AFR100/restoration-commitments#project-tabs>
- (5) <http://www.cedcameroun.org/flegt-redd-et-droits-des-communautes-aux-forets-et-a-la-terre-en-afrique-lecons-apprises-et-perspectives/>



A mulher e a propriedade em Camarões: entre o direito e a realidade

A força agrícola do continente

Em Camarões, assim como em muitos países africanos, as mulheres suportam cotidianamente, em várias áreas da sociedade, práticas que possam ser consideradas discriminatórias, principalmente quando se trata de propriedade da terra. “Para a nossa família, a mulher é um bem, como a cabana ou a plantação”, disse Léon Mba, líder do Congresso Pamue, em 1949. (1)

O problema da propriedade está no centro do debate em Camarões desde o lançamento da reforma anunciada pelo presidente da república na assembleia agropecuária, em 17 de janeiro de 2011. Além disso, também há a questão do acesso da mulher à propriedade, pois, como dizem os defensores dos direitos das mulheres, elas poderiam não querer ou não poder investir em terras das quais não são proprietárias. Além disso, segundo alguns defensores desses direitos, é necessário esclarecer essa situação, já que “a quase totalidade das mulheres não tem acesso a direitos formais de propriedade. Essa exclusão enfraquece a capacidade das mulheres de investir na exploração de suas terras”. O direito consuetudinário, por sua vez, aplica-se em um contexto predominantemente patriarcal, no qual a mulher não herda a terra e, portanto, não tem controle sobre ela. As mulheres africanas são responsáveis por 60% da produção e possuem apenas 1% das terras do continente, e os números se repetem em Camarões, onde as mulheres representam 70% da força de trabalho. (2) De acordo com estimativas recentes, as mulheres africanas (da África subsaariana) representam mais de 70% da força de trabalho agrícola no continente e produzem cerca de 90% dos gêneros alimentícios. Considerando-se que o direito consuetudinário só lhes dá acesso à terra, é necessário distinguir entre acesso, uso e controle. Nas áreas rurais, a terra é a principal



fonte de renda e sustento. Portanto, na prática, a falta de controle expõe a mulher a uma grande insegurança e torna sua situação econômica muito precária, principalmente no contexto de transferência de terra em grande escala.

Este artigo tem quatro partes. A primeira trata do contexto do direito consuetudinário em Camarões; a segunda mostra como é difícil para as mulheres ter terras, devido ao peso das tradições; a terceira explica que essa dificuldade é agravada por mudanças no estado civil das mulheres; a última compara a situação das mulheres rurais com a das mulheres nas cidades grandes, no que diz respeito à propriedade imobiliária, a fim de mostrar que é urgente encontrar uma solução para o problema da posse da terra pelas mulheres rurais.

A evolução do regime de posse em Camarões e seu impacto sobre os direitos de propriedade das mulheres

Não poderíamos falar de direitos de propriedade das mulheres em Camarões sem examinar brevemente a evolução desse direito no país. Com efeito, o direito de propriedade nos Camarões é caracterizado pela coexistência do direito consuetudinário com o direito “positivo” ou “moderno”. O regime de propriedade camaronês distingue terras registradas e de propriedade privada daquelas não ocupadas, pertencentes ao Estado, mas usadas por comunidades tradicionais. Por outro lado, o decreto-lei de 1974 segundo o qual o registro é a única prova de propriedade, complica ainda mais a situação das comunidades rurais. Na verdade, o setor rural é regido principalmente pelo direito consuetudinário, que ainda não integrou a questão do título de propriedade. Nessa situação, o direito da mulher à propriedade é uma questão muito problemática e desintegrada.

A terra é um fator importante no processo de desenvolvimento e ocupa um lugar central na luta contra a pobreza das populações rurais. A legislação territorial camaronesa reconhece direitos iguais para homens e mulheres. No entanto, na prática, as mulheres estão sujeitas à marginalização originária de práticas tradicionais discriminatórias. São elas que possuem menos terra no mundo – apenas cerca de 10% – e enfrentam cotidianamente uma situação de dependência. Por isso, é preciso refletir sobre por que as mulheres rurais têm de enfrentar essa situação de discriminação e por que o fato de elas não poderem ser proprietárias de terras representa um problema nesse contexto.

Práticas patriarcais e dificuldade de acesso à terra para a mulher

Em áreas rurais, a terra é administrada coletivamente. Em Camarões, as mulheres têm um papel central nessa administração, mas são as primeiras afetadas pela insegurança territorial, o que enfraquece a sua capacidade de investir. Isso é explicado pela natureza discriminatória da gestão da propriedade rural. Em geral, a mulher não é proprietária da terra e, na maioria das vezes, recebe um pequeno lote emprestado para cultivar, mas a “propriedade” é de sua família ou de seu marido. As mulheres ignoram o direito escrito que rege seus direitos de propriedade, e também os usos e costumes as levam a uma espécie de autoexclusão em relação à gestão da propriedade na comunidade, que é percebida como uma questão de homens.

Parece claro que, no mundo dominado pelo costume, o individualismo não conta e tampouco há liberdade total no sentido que damos a essa palavra. Nessas sociedades, as



mulheres parecem estar sujeitas aos homens e às obrigações impostas por eles. Seja na família do homem com quem ela se casou ou em sua própria família, elas estão sempre sob a autoridade dos homens. Só eles têm direito à terra, e esse direito é dividido entre os homens da família. Em Camarões, como na maioria dos países africanos, esses sistemas de gestão patriarcal existem nas aldeias, embora as mulheres levem adiante a luta para melhorar as condições de vida e, em sua maioria, sejam agricultoras que não dispõem de terra por causa dos costumes que as impedem de herdar. Em suma, elas não têm acesso direto à terra.

A mudança de estado civil das mulheres é um fator que altera seus direitos consuetudinários à propriedade?

O direito consuetudinário dá à mulher solteira um pedaço de terra que ela pode usar toda a vida, mas se ela decidir se casar, a terra vai para a herança de sua família de origem.

A mulher casada, por sua vez, adquire uso da terra através do marido, e não pode fazer todas as atividades que quiser; a maioria faz cultivos. Em geral, a mulher casada tem apenas usufruto da terra que ocupa. A questão da propriedade matrimonial não costuma surgir em áreas rurais, onde a maioria dos casais vive em concubinato ou pratica a poligamia. No entanto, é necessário conhecer o estado civil para determinar o grau de acesso e controle que as mulheres têm, pois costuma haver interações entre todas as leis, sejam religiosas, consuetudinárias, civis ou outras.

A situação da viúva varia se ela tiver filhos ou não. Quando tem, sua família do marido falecido pode expulsá-la e lhe retirar as terras. Assim, a condição para que possa continuar usando a terra é ter filhos. Em Ndikibil, por exemplo, uma vila da cidade de Ndikinimeki, como em muitas outras regiões do Camarões, quando uma mulher perde o marido, é comum a família dele lhe tirar as terras. Mesmo quando ela teve filhos, a decisão depende muitas vezes da ganância dos parentes de seu falecido marido, que podem argumentar que ela só teve filhas ou que os filhos homens são jovens demais para reivindicar para si o direito à terra do pai.

A fragilidade dos direitos é, portanto, uma consequência da aplicação de regras consuetudinárias, justificada pela necessidade de preservar o patrimônio tradicional. Os motivos alegados pelas autoridades tradicionais são, entre outros:

- a situação das mulheres não é estável; mais tarde, ela deve se casar;
- o homem prevalece sobre a mulher por sua condição de chefe de família;
- as práticas tradicionais só dão à mulher o direito de trabalhar a terra, mas não de ser sua proprietária;
- a mulher que possui terras pode ser facilmente enganada e dá-las ao homem por quem se apaixonar.

Assim, segundo os guardiões da tradição, a exclusão das mulheres em matéria de sucessão seria uma maneira de preservar a herança da família.

A relação entre governo territorial e direito consuetudinário para as mulheres

Em termos de propriedade, as mulheres que vivem nas cidades têm situação diferente das que vivem no campo. Mesmo que a terra pertença tradicionalmente aos homens, que



têm direito a herdá-las e administrá-las, as mulheres que vivem na cidade e têm meios financeiros podem comprar terras como homens. Isso é cada vez mais comum nas cidades, no caso de mulheres solteiras e mulheres casadas em regime de separação de bens. O mesmo não acontece nas áreas rurais, porque a sociedade das aldeias é patriarcal e são os homens que herdam a terra e decidem como usá-la. Essa situação continua a existir mesmo que a Constituição de 1996 garanta o direito de propriedade, independentemente do sexo, e a lei não especifique nada de diferente a esse respeito quando define o direito à propriedade da terra. Isto nos faz ver até que ponto o costume é importante e prioritário na propriedade em áreas rurais, mesmo quando a lei parece limitar sua influência ao defender a igualdade para todos e a não discriminação.

A situação das mulheres no meio rural resume o estudo de seus direitos patrimoniais, pois elas vivem sob tutela permanente. O regime de propriedade consuetudinária de Camarões, como é hoje, não reconhece o direito das mulheres à propriedade da terra; a opinião da mulher importa muito pouco quando se trata de questões territoriais porque, de acordo com os defensores do direito tradicional, ela está constantemente mudando de estado. Além disso, existe uma clara diferença entre a jovem solteira e a mulher casada: enquanto se pode aceitar que a primeira tenha, de certa forma, uma maior capacidade porque sua família pode lhe dar o usufruto de um lote, a segunda é sempre considerada uma estranha por sua família do marido, nunca se separa completamente de sua própria família, e está sempre pronta para partir em caso de divórcio ou morte do cônjuge.

Conclusão

Em vista da análise sobre a situação da posse da terra para as mulheres em Camarões, parece claro que seria necessário encontrar uma maneira de conciliar o direito consuetudinário e o direito escrito, para que as mulheres pudessem desfrutar de segurança e, ao mesmo tempo, tomar precauções para evitar que a aldeia perca seu patrimônio tradicional. Certamente devemos olhar além das reformas políticas e adotar uma verdadeira mudança de comportamento, tanto homens quanto mulheres, no que diz respeito ao direito da mulher sobre a terra, uma vez que os direitos de propriedade das mulheres são essenciais não só para elas próprias, mas também para garantir a segurança alimentar coletiva.

Michèle ONGBASSOMBEN, michelebatende@yahoo.fr

Centre pour l'Environnement et le Développement (CED), www.cedcameroun.org

(1) Citado por G. Baladier em “Sociologie de l’Afrique noire”, PUF, 1955.

(2) MINADER/DESA/AGRI-STAT N° 16, <http://www.minader.cm/uploads/DESA/AGRI-STAT%2016.pdf>



República Democrática do Congo (RDC): comunidades se mobilizam para se libertar de um século de plantações coloniais de dendê

O dendezeiro é nativo das florestas da África Central e Ocidental, e é inseparável das pessoas da região e de suas culturas. As comunidades têm contado com ele nessa parte do mundo por milhares de anos – como fonte de alimento, têxteis, medicamentos e material de construção.

A maioria dos dendezeiros do mundo, no entanto, é cultivada longe dali, no sudeste da Ásia, e não em pomares de dendezeiros na floresta, mas em grandes monoculturas localizadas onde antes havia florestas tropicais. Esses dendezeiros são produto da brutal herança colonial da Europa.

Ao invadir a África Central e Ocidental, no século XIX, os colonizadores europeus se deram conta (de uma forma muito estreita) da riqueza que poderia ser gerada com o cultivo de óleo de dendê. Eles começaram a tomar os grandes pomares de dendezeiros da população local e derrubar florestas para formar plantações. Um dos pioneiros desse esforço foi o britânico Lorde Leverhulme, que, através de uma campanha de terror contra a população local, tomou pomares de dendê comunitários e transformou vastas áreas de floresta no Congo em plantações escravistas. As plantações de dendezeiros de sua empresa acabariam se expandindo por toda a África Ocidental e Central, e depois para o Sudeste Asiático, e se tornaram a base da multinacional Unilever, uma das maiores empresas de alimentos do mundo. A Unilever vendeu suas plantações no mundo há cerca de uma década, mas até hoje continua sendo uma das maiores compradoras de óleo de dendê do planeta.

As comunidades que vivem ao lado e dentro das antigas plantações da Unilever estão entre as mais pobres da África. Em uma recente reunião de líderes de comunidades africanas que lutam contra a expansão das plantações de dendê, realizada em Mundemba, em Camarões, os participantes de uma visita de campo ficaram chocados com as condições de vida das pessoas em Ndian – uma comunidade dentro de uma das antigas plantações de dendê da Unilever em Camarões, agora comandada pela empresa camaronesa Pamol (1): décadas de plantações de dendezeiros só haviam trazido pobreza para a comunidade.



As terras das plantações da Unilever em toda a bacia do Congo não foram devolvidas a seus habitantes. Em vez disso, foram vendidas, com lucro, a um novo grupo de empresas, algumas camaronesas, mas a maioria, estrangeiras. Algumas delas eram multinacionais com plantações em outros países enquanto outras eram de setores diferentes de atividade, sem experiência com plantações. É o caso de algumas das plantações originais de dendê da Unilever na RDC.

Em 2008, depois de um século no que hoje é a RDC, a Unilever vendeu três de suas plantações de dendezeiros a uma empresa chamada Feronia, registrada, até recentemente, nas Ilhas Cayman. Atualmente listada na Bolsa de Valores de Toronto, no Canadá, e de propriedade majoritária de fundos europeus de desenvolvimento, a Feronia não tinha experiência prévia em agricultura. Com a venda dessas plantações na RDC, a Unilever ganhou em torno de USD 14 milhões de dólares em dinheiro e deixou cerca de 10 milhões em passivos para os novos proprietários.

Em outubro de 2015, 12 líderes de comunidades localizadas dentro das várias concessões nas províncias de Équateur e Orientale, onde a Feronia tem suas plantações (Yahuma, Boteka, Basoko, Yaligimba, Yalifombo, Mosité, Lokutu), reuniram-se em Kampala, Uganda, para compartilhar experiências e definir um curso de ação comum para libertar suas comunidades da ocupação e da exploração que elas têm sofrido por gerações. A reunião foi realizada em Kampala, por razões de segurança.

Esse também foi um momento para a ONG congoleza PRAI-RDC e seus parceiros internacionais darem às comunidades informações sobre a Feronia que elas desconheciam. Antes da reunião, a Feronia e seu principal acionista, o fundo de desenvolvimento CDC, do Reino Unido, tinham feito declarações afirmando que a empresa estava melhorando a vida dos trabalhadores e das comunidades locais, e cumpria totalmente as leis e regulamentações nacionais e internacionais com relação a suas concessões de terras e a suas práticas trabalhistas. (2)

Os líderes comunitários estavam indignados com as afirmações feitas pela empresa e pelo CDC. Depois de ter compartilhado suas experiências, eles emitiram uma declaração coletiva para deixar clara a realidade em suas comunidades. Os líderes rejeitaram as alegações da Feronia e do CDC, descartando-as como “mentiras”. Eles disseram que a situação nas comunidades havia se deteriorado desde que a Feronia assumiu as plantações em 2008. Suas casas, escolas, clínicas e estradas estavam em condições terríveis e, ao contrário do que diz a empresa, não foram construídas novas infraestruturas ou casas para os trabalhadores.

O CDC afirmou que os salários médios nas plantações aumentaram para USD 4 dólares por dia, mas os líderes dizem que os trabalhadores muitas vezes nem são pagos e, quando o são, o valor é de 1,5 dólar por dia. Em resposta à alegação da empresa de que os trabalhadores estavam recebendo “bônus”, os líderes disseram que a palavra deve ter sido inventada há pouco, já que o conceito é desconhecido nas plantações da Feronia.

Os líderes desafiaram o CDC a ver por si mesmo o que a Feronia tem feito à população local. “O dinheiro que vocês dão à Feronia não chega aos trabalhadores nem às comunidades locais”, afirmaram.



Segundo esses líderes, o que as comunidades querem, mais do que tudo, é que a empresa devolva suas terras. Os moradores já sofreram por muito tempo e estão cansados de falsas promessas.

No final da reunião, os líderes estabeleceram uma nova aliança de comunidades afetadas pela Feronia e se comprometeram a trabalhar juntos para conquistar suas reivindicações.

Em janeiro de 2016, o CDC e vários outros fundos europeus de desenvolvimento passaram a ser proprietária majoritária da Feronia, através de seus investimentos no Fundo Agrícola Africano, um fundo de private equity com sede nas ilhas Maurício e financiado por instituições financeiras de desenvolvimento africanas, bilaterais e multilaterais. Seu Fundo de Assistência Técnica (TAF, na sigla em inglês) é financiado principalmente pela “Comissão Europeia e gerido pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O TAF é copatrocinado pela Corporação Italiana de Desenvolvimento, pela Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO) e pela Aliança por uma Revolução Verde na África (AGRA, na sigla em inglês)”. Além disso, bancos de desenvolvimento da Alemanha, da Bélgica e da Holanda também estão envolvidos como investidores (3).

O colonialismo completou o ciclo e, mais uma vez, essa exploração está sendo justificada como “desenvolvimento”, como se os horrores do sistema colonial de plantações nunca tivessem existido. Se estiverem realmente interessados em fazer reparações, os governos europeus devem se concentrar em indenizar as comunidades e apoiá-las em sua reivindicação pelo fim da ocupação, além de garantir que o fim do prazo de concessões no futuro próximo seja usado para devolver a terra às comunidades.

RIAO-RDC e GRAIN

(1) Link para declaração: <https://www.grain.org/e/5426>

(2) <http://business-humanrights.org/en/dem-rep-of-congo-report-raises-concerns-about-land-grabs-inadequate-consultations-compensation-by-feronia-unilever>

(3)

http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/578007/EXPO_STU%282016%29578007_EN.pdf (páginas 20 e 21)



Agroindústria, um passo para a dependência alimentar da África

Na aldeia de Yalifombo, na República Democrática do Congo (RDC), às margens do rio Congo, havia uma comunidade essencialmente agrícola. Ali foi possível ver como a economia local, que girava em torno do cultivo tradicional de dendê, desmoronou devido ao aumento espetacular das plantações industriais. Em toda a sub-região, seja em Mundemba (Camarões) ou em Mboma (Gabão), observa-se que a agroindústria compete cada vez mais com economias agrícolas locais. O sistema promovido hoje por determinadas políticas públicas está destruindo os sistemas que, há muito tempo, beneficiam os agricultores.

As organizações camponesas africanas e as ONGs insistem em dizer que o futuro da agricultura não está na agricultura industrial, e sim na camponesa, que alimenta o mundo e é capaz de resfriar o planeta graças à agroecologia e ao respeito pela biodiversidade. (1)

Por exemplo, no relatório intitulado “Liberar o potencial das plantações familiares”, o Conselho Nacional de Concertação Rural (CNCR) do Senegal demonstra que a agricultura familiar é perfeitamente capaz de alimentar o país, e é ela que faz isso atualmente, e não a agroindústria. A agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos dos senegaleses, e atende a 70% das suas necessidades, tanto no meio rural quanto no urbano. (2)

No entanto, fortes pressões continuam impondo o modelo agroindustrial.

Depois de todas as promessas feitas durante a cúpula da União Africana, em Malabo, em 2003 (de designar pelo menos 10% do orçamento nacional para investimento agrícola até 2008), os países africanos ainda estão à espera das instituições financeiras para desenvolver a agricultura que irá alimentar seus habitantes.

Essas instituições financeiras internacionais, tendo à frente o Banco Mundial e sua teoria de que “todos ganham”, esforçam-se para redefinir a agricultura africana com base em seus próprios programas e em uma forte cumplicidade entre o mundo financeiro, seus instrumentos e todas as incertezas que esses mecanismos envolvem.



A República Democrática do Congo (RDC), um dos países onde essas políticas são testadas, assistiu ao nascimento, em 2014, do primeiro de 20 Parques Agroindustriais que foram prometidos. Essa iniciativa do presidente do país, surgida da vontade do NEPAD – New Partnership for Africa’s Development – [Nova Parceria para o Desenvolvimento da África], (3) não demorou a ser denunciada pelos camponeses do Congo. (4)

As denúncias se referem à falta de consulta, transparência e participação das organizações camponesas, e também revelam que o programa, incentivado pelo Banco Mundial, promove a agroindústria. Longe de contribuir para o desenvolvimento do país e a redução da pobreza, os Parques Agroindustriais provavelmente resultarão no deslocamento de comunidades e na tomada de suas terras.

Assim, os camponeses do Congo enfrentam um sistema (benefícios fiscais, promoção de certos tipos de cultivos) visivelmente criado para favorecer aos investidores estrangeiros e não a eles próprios.

Outro terreno de atuação da agroindústria é o Gabão, onde um programa chamado GRAINE (5) coloca o grupo Olam International, de Cingapura, e a República do Gabão em uma associação público-privada para “desenvolver a agricultura”.

O programa visa criar 30.000 postos de trabalho e ocupar 200.000 hectares de terras agrícolas, e já começou a tomar terras das comunidades de Mboma, no departamento de Woleu. (6)

Além disso, no programa GRAINE, a melhor parte vai para o grupo Caterpillar, graças a um contrato de USD 140 milhões de dólares para a aquisição de 475 tratores. No entanto, as comunidades pedem simplesmente para ter suas terras preservadas e poder fazer uma agricultura saudável.

Outra empresa muito envolvida no setor da agroindústria no Gabão e em outros países africanos, como a Costa do Marfim, é a SIAT.

Dedicada ao dendezeiro e à seringueira, entre outras coisas, a empresa também usa técnicas de inseminação artificial para aumentar o número de cabeças de gado no Gabão. O SIAT, que tem sede em Bruxelas (Bélgica), é titular de várias concessões e ocupa cerca de 15.000 hectares no Gabão.

Embora afirme ter forte responsabilidade social, questionam-se sua credibilidade e a veracidade do Estudo de Impacto Ambiental e Social realizado em 2012, na região de Bitam/Minvoul. (7)

Esses exemplos da Bacia do Congo mostram que, embora os projetos de investimento estrangeiro no setor agrícola e o modelo agroindustrial sejam apresentados como “investimentos responsáveis”, nos quais “todos ganham”, seria mais útil para os países africanos investir na agricultura camponesa, que garante a soberania alimentar.

A agroindústria, apesar de todas as facilidades que lhe são concedidas, ainda não convence os camponeses, e seria necessário freá-la pelo bem das comunidades e da paz na região. É hora de parar de promover políticas como a Segurança Alimentar e



Nutrição (NASAN, na sigla em inglês) do G8, os Acordos de Associação Econômica da União Europeia (EPA) ou a Millennium Challenge Corporation (MCC) [Corporação Desafio do Milênio], dos Estados Unidos, que chegam exigindo que os países africanos mudem suas políticas sobre terra e sementes.

A soberania alimentar dos povos anda de mãos dadas com a liberdade de produção, bem como com uma escolha livre e informada, e não sujeita às exigências do mercado mundial.

O que o agronegócio propõe é exatamente o contrário: devemos produzir monoculturas de seringueira, teca ou eucalipto.

GRAIN, <https://www.grain.org>

- (1) <http://fsm2015.altermondes.org/le-monde-est-nourri-a-90-par-lagriculture-familiale/>
- (2) http://www.cncr.org/sites/default/files/cncr_rapport_suivi_des_efa.pdf
- (3) <http://www.nepad.org/>
- (4) <https://www.sosfaim.be/wp-content/uploads/2014/11/s2-PAI-plaidoyer-AgriCongo.pdf>
- (5) <http://graine-gabon.com/>
- (6) <http://www.farmlandgrab.org/25462>
- (7) <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion3/gabon-nuevo-estudio-alerta-sobre-los-impactos-de-la-expansion-de-plantaciones-de-palma-aceitera-y-caucho/>



Infraestrutura, desenvolvimento e recursos naturais na África: alguns exemplos de Camarões (*)

Em um mundo caracterizado por crescimento lento, a África costuma se apresentar como o continente do futuro, com um crescimento médio próximo dos 5% e que permaneceu constante, inclusive durante a crise financeira mundial. Com efeito, o continente tem alto potencial, com recursos naturais diversificados e pouco explorados: recursos extrativos, madeira para construção, terras cultiváveis, etc. Contudo, é necessário desenvolver infraestruturas para que se possam esperar atrair investidores para o continente. Inspirando-se no exemplo do dinamismo econômico dos novos países industrializados da Ásia, da América do Sul e inclusive da África, vários países do continente aspiram a se converter em economias emergentes no prazo de uma geração. Com a assistência de organismos financiadores ou de investidores privados, esses países



embarcaram em amplos programas de construção de infraestrutura nos setores de telecomunicações, energia e transporte. A título de exemplo, em um relatório intitulado *Infraestrutura na África, tempo de transformação* (Africa infrastructure: a time for transformation, 2010), o Banco Mundial fez um diagnóstico da situação no continente. Entre outras coisas, o relatório constatava que mais da metade do aumento do crescimento da África podia ser atribuído às infraestruturas, e que essa porcentagem aumentaria nos anos seguintes. Também calculava que, para dotar-se das infraestruturas de que necessitaria, o continente deveria realizar um investimento de USD 93.000 milhões de dólares por ano, um terço dos quais seria dedicado a manutenção.

Os impactos dessa estratégia sobre o meio ambiente e sobre os direitos das populações mais pobres do continente, as quais dependem com muita frequência dos recursos naturais para subsistir, nem sempre são levados em conta adequadamente, e é possível que as comunidades rurais terminem pagando um preço muito alto pelo desenvolvimento de infraestruturas. O objetivo deste artigo é ilustrar, a partir de dois projetos de infraestrutura localizados em Camarões, algumas de suas implicações tentaculares e os riscos associados a elas.

O oleoduto Chade-Camarões (1)

Construído a partir do ano 2000 para transportar o petróleo bruto produzido no Sul do Chade (bacia de Doba) até Kribi, na costa atlântica de Camarões, o oleoduto de mais de 1.000 km era o projeto de infraestrutura mais importante executado até então na África Subsaariana. Os países que recebiam esse investimento, Camarões e Chade, não tinham nenhuma experiência na realização e no monitoramento de estudos de impacto ambiental e social para projetos dessa envergadura. Devido à participação do Banco Mundial e seu braço privado a Corporação Financeira Internacional, sócios financeiros do projeto, os critérios aplicados ao estudo de impacto, ao regime de indenização da população autóctone, aos mecanismos de recurso, etc., tinham sido os do Grupo Banco Mundial. E apesar da atenção especial que a opinião pública internacional prestou ao projeto devido às polêmicas que cercaram as etapas de preparação e aprovação, foi possível constatar que as medidas de mitigação social e ambiental não haviam funcionado como previsto, e que essas falhas haviam ocasionado impactos negativos, às vezes não previstos, mas desde então irreversíveis. Como exemplo, podemos mencionar o que aconteceu à pequena comunidade de pescadores de Ebomé, aldeia do distrito de Kribi, onde se encontra o ponto de saída do oleoduto até o Oceano Atlântico. Tendo sido próspera em outros tempos, a comunidade viu sua economia totalmente arruinada quando se dinamitou um recife rico em peixes, situado a dois quilômetros da costa. Aparentemente, o recife não havia sido identificado durante o estudo de impacto do projeto, e sua destruição não resultou em indenização imediata, apesar dos protestos dos pescadores. Cinco anos mais tarde, criou-se um recife artificial nesse lugar, mas os peixes não voltaram. Deve-se acrescentar que, para a comunidade de Ebomé, o recife também era um local sagrado, residência dos “mami wata” ou espíritos da água, encarregados, entre outras coisas, de atrair os peixes e os colocar à disposição da aldeia. A destruição do recife teria provocado a cólera e a partida dos espíritos... Não se trata de um caso isolado e, mais de dez anos depois de festejar o primeiro barril de petróleo, continuam aparecendo muitos problemas não resolvidos devidos à construção do oleoduto. Após duas queixas apresentadas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial (2), outras duas estão atualmente pendentes perante o Conselheiro-mediador da Corporação



Financeira Internacional, o que demonstra que persistem os problemas ambientais e sociais (3).

Apesar de ser, ele próprio, um enorme projeto de infraestrutura, o oleoduto Chade-Camarões é só a coluna vertebral de uma vasta rede de oleodutos que serão construídos progressivamente em torno do lago Chade para levar o petróleo do interior do país até o Oceano Atlântico. Nenhuma das jazidas seria economicamente viável se exigisse um oleoduto individual para transportar o petróleo bruto da zona petrolífera até o oceano. Assim, a viabilidade econômica só se consegue compartilhando uma parte do custo de construção da infraestrutura de transporte. Essa é a razão pela qual o oleoduto entre Chade e Camarões é de grande interesse estratégico: ele permite fomentar a busca e a exploração de petróleo em todas as regiões situadas a uma distância razoável de seu percurso. Sem dúvida, é por isso que o Banco Mundial deu uma ajuda decisiva à construção do oleoduto, concedendo financiamento, mas também o indispensável seguro contra o risco político, sem o qual o projeto dificilmente teria podido acontecer, em função da instabilidade política que reinava no Chade. Quase todas as novas licenças petrolíferas estão situadas em zonas vulneráveis: no interior do lago Chade, dentro do Parque Nacional de Waza, na planície inundável de Waza-Logone, em ambos os lados da fronteira entre Chade e a República Centro-Africana, etc. Esses projetos, assim como outro que está muito mais adiantado, situado ao sudeste do Níger (ver mapa), não foram objeto de estudos de impacto ambiental e social sob os critérios do Banco Mundial. Mesmo assim, já se chegou a um acordo entre o governo do Níger e o COTCO, um consórcio dirigido pela EXXON, encarregado da gestão do oleoduto. A execução desses projetos multiplicará os impactos ambientais e sociais, muito mais que o projeto inicial. Porém, no momento da construção do oleoduto, alguns dos acontecimentos que hoje se prevêem já estavam previstos, mas não haviam sido levados em conta nos estudos de impacto. Com efeito, as ONGs que realizavam o acompanhamento do projeto haviam observado que o oleoduto estava superdimensionado com relação ao volume das reservas existentes na bacia de Doba. Portanto, parece evidente que, desde o início, estava previsto que esse oleoduto serviria para transportar petróleo proveniente de outras jazidas, além da de Doba. Conscientes disso, e para evitar que o oleoduto facilitasse a realização de atividades petrolíferas perto da costa, onde seriam especialmente poluidoras, algumas ONG haviam exigido que se incluísse no contrato entre o Grupo Banco Mundial e os outros sócios (os Estados de Camarões e Chade e o consórcio dirigido pela EXXON) uma cláusula que lhes exigisse aceitar unicamente petróleo cuja produção respondesse às mesmas exigências sociais e ambientais do projeto inicial. O artigo 4.05 do acordo de empréstimo de 29 de março de 2001, entre a República de Camarões e o Banco Mundial, está redigido como segue: “O tomador do empréstimo deve garantir que todo o petróleo desenvolvido fora dos Campos de Petróleo da Bacia de Doba, o qual se propõe que seja transportado através de qualquer parte do Sistema de Transporte em Camarões, seja desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Manejo Ambiental no que diz respeito a análise e proteção ambiental, consulta, divulgação de informações, reassentamento e compensação, e com os processos jurídicos e administrativos equivalentes especificados neles e aplicados em relação ao petróleo desenvolvido nos Campos de Petróleo da Bacia de Doba”.

Em 30 de outubro de 2013, os governos de Níger e Camarões assinaram um acordo para transportar os 324 milhões de petróleo bruto da jazida de Agadem, no Níger, pelo oleoduto entre Chade e Camarões. O governo do Níger construirá um oleoduto de 600



km desde a jazida petrolífera até o ponto de ligação com o oleoduto existente (4). Esta situação dá a infeliz impressão de que os promotores do oleoduto fizeram promessas que não tinham intenção de cumprir, só para conseguir que se construísse a infraestrutura principal, a partir da qual se poderiam realizar as outras sem necessidade de obter novos financiamentos restritivos de agências públicas internacionais.

A ferrovia Congo Norte-Kribi e o porto de águas profundas de Kribi

Embora se trate de duas infraestruturas distintas, é possível considerar que fazem parte de um complexo integrado, construído por entidades diferentes, mas que apontam a um mesmo fim: conectar com o Oceano Atlântico às profundidades da floresta equatorial e suas ricas jazidas.

A ferrovia para um trem de alta velocidade faz parte do projeto de exploração das jazidas de ferro de Mbalam (Camarões) e Nabeba (Congo) (5) no coração da selva equatorial e do TRIDOM, maciço florestal localizado entre Camarões, Gabão e a República do Congo. Essas concessões mineradoras afetarão espaços florestais, alguns dos quais abrigam uma biodiversidade excepcional e fornecem habitat e sustento a numerosas comunidades, enquanto outros estão destinados à exploração florestal em grande escala. Essa ferrovia de pouco mais de 500 km se dedicará a transportar o minério de ferro das duas concessões de exploração até o porto de Kribi. Como se vê no mapa, a parte meridional de Camarões e o norte do Congo e do Gabão têm abundantes jazidas de ferro e outros minérios, cuja exploração seria facilitada pela presença da ferrovia. Também aqui, como no caso do oleoduto, a partir de uma infraestrutura básica, será desenvolvida uma rede de vias secundárias para unir várias concessões dispersas à via principal que vai do Congo ao oceano e facilitar a exploração de recursos minerais da zona florestal em torno ao equador. Também aqui, os estudos de impacto se limitaram a analisar a zona de mineração e a ferrovia principal, sem levar em conta todas as outras infraestruturas que se somarão inevitavelmente às já realizadas.

O que esses dois exemplos nos ensinam?

Os ensinamentos podem ser vários, mas nos limitaremos a mencionar alguns.

1. As infraestruturas planejadas são muitas, mas nem todas têm a mesma importância: algumas acarretam mais destruição do meio ambiente e violações de direitos do que outras; do mesmo modo, algumas são mais estratégicas, ou seja, servirão de base ao desenvolvimento de muitas outras.
2. Embora tenha melhorado desde a construção do oleoduto, a regulamentação sobre estudos de impacto ambiental e social continua sem se adaptar à complexidade cada vez maior dos projetos, sobretudo os relacionados à construção de grandes instalações e à exploração de recursos naturais – que implicam a organização de uma coabitação de duração muito longa com as comunidades, e põem em perigo as bases de sua existência e seus direitos culturais.
3. Produz-se uma fragmentação do estudo dos impactos ambientais e sociais que não permite medir os verdadeiros impactos cumulativos dessas infraestruturas. A fragmentação relativiza as repercussões desses investimentos sobre as comunidades e o meio ambiente, tornando-as mais aceitáveis.



4. O Estado participa do funcionamento dessas infraestruturas para garantir a competitividade, vantagem indispensável para atrair investimentos. Para consegui-lo, endivida-se, e quem ganha são as multinacionais, porque veem facilitadas suas atividades de exploração dos recursos naturais. O pagamento da dívida ficará para a cidadania. Porém, as empresas levam a maior parte das receitas geradas pela exploração de recursos. E a parte correspondente ao Estado se divide de maneira desigual, contra os mais pobres, que são justamente quem mais sofre as consequências da construção de infraestruturas. No caso de Camarões, por exemplo, vemos um re-endividamento massivo com essa finalidade, principalmente diante da China. É mais do que provável que se lance mão dos recursos naturais para pagar essa dívida.

5. Esses empreendimentos têm um custo especialmente alto para o clima: além das emissões de gases de efeito estufa diretamente associadas à construção de infraestruturas, devem-se considerar as que proveem da exploração de recursos e, no caso do petróleo, de sua utilização.

6. Na falta de um planejamento adequado, esses empreendimentos de infraestrutura imporão limitações aos futuros esforços de ordenação territorial. Eles acabam não sendo rentáveis para todos, e ainda menos para os mais pobres. Além disso, são particularmente nefastos para o meio ambiente e, embora feitos em função do “desenvolvimento”, cabe pensar que, no longo prazo, trarão mais problemas do que soluções.

Samuel Nguiffo, CED em Camarões,
snguiffo@cedcameroun.org; snguiffo@yahoo.fr

(*) Este artigo foi publicado originalmente no boletim 203 do WRM, de junho de 2014.

(1) Para informações referentes ao projeto, ver o site

<http://ewebapps.worldbank.org/apps/ip/Pages/AllPanelCases.aspx>.

(2) O Painel de Inspeção é um mecanismo de recurso independente, aberto a comunidades e indivíduos afetados negativamente (ou que possam chegar a sê-lo) por projetos financiados pelo Banco Mundial.

<http://ewebapps.worldbank.org/apps/ip/Pages/Home.aspx>. Para informações acerca dos dois casos

apresentados ao Painel de Inspeção sobre o projeto petrolífero e o oleoduto Chade-Camarões, ver

<http://ewebapps.worldbank.org/apps/ip/Pages/ViewCase.aspx?CaseId=52> e

<http://ewebapps.worldbank.org/apps/ip/Pages/ViewCase.aspx?CaseId=59>.

(3) Para informação referente aos casos em análise perante o conselheiro mediador da Corporação

Financeira Internacional, ver: http://www.cao-ombudsman.org/cases/case_detail.aspx?id=168,

<http://www.cao-ombudsman.org/cases/document-links/links-168.aspx>, http://www.cao-ombudsman.org/cases/case_detail.aspx?id=179,

<http://www.cao-ombudsman.org/cases/document-links/links-179.aspx>.

(4) <http://economie.jeuneafrique.com/regions/afrique-subsaoharienne/20378-le-brut-nigerien-transitera-par-le-pipeline-tChade-cameroun.html>.

(5) Sobre este projeto, ver <https://sundanceresources.com.au/IRM/Company/ShowPage.aspx/PDFs/2783-99911791/PresentationCameroonTradeandInvestmentForum>



Áreas Protegidas na Bacia do Congo: fracassando na proteção das pessoas e da biodiversidade (1)

A criação de “áreas protegidas” em todo o mundo é baseada principalmente em uma filosofia originada nos Estados Unidos no final do século XIX, que deu origem a um movimento de estabelecimento de parques nacionais com o propósito de preservar áreas de beleza cênica e maravilhas naturais livres da intervenção humana. Essa visão norte-americana sobre “áreas selvagens” – que muitas vezes ignorou o papel fundamental dos povos indígenas na gestão da paisagem e que tem bases racistas – vem sendo aplicada em várias partes do mundo, muitas vezes com efeitos devastadores sobre as populações locais que vivem dentro das florestas. Apesar dessas realidades locais, a proteção da vida selvagem feita de cima para baixo, com “armas e guardas”, continua a ser a norma, na qual grandes áreas são reservadas e populações locais são proibidas de acessar e/ou usar os recursos naturais dos quais elas há muito dependem. O planejamento da conservação continua a ser dominado por cientistas naturais e ONGs internacionais de conservação, muitas vezes ignorando completamente histórias, conhecimentos, meios de subsistência locais, e direitos territoriais e de usufruto. Há inúmeros relatos vindos do mundo todo sobre abordagens intolerantes e coercitivas de gestores de parques com relação a povos indígenas que vivem dentro das áreas desses parques.

Áreas protegidas na Bacia do Congo

A região com status de Área Protegida na Bacia do Congo aumentou consideravelmente na última década e deve continuar aumentando, enquanto os governos se esforçam para cumprir as metas estabelecidas internacionalmente. O Gabão e a RDC, por exemplo, integraram essas metas às políticas nacionais e, em Camarões, na República Centro-Africana (CAR) e na República Democrática do Congo (RDC), a área de floresta tropical sob proteção já excede a meta internacional de 17%. No entanto, reservar essas enormes áreas para a conservação, na realidade, constitui uma ameaça direta aos territórios tradicionais de comunidades indígenas e outras dependentes das florestas e, portanto, também aos seus principais meios de subsistência.

Nenhum desses países reconhece efetivamente os direitos de propriedade sobre terras comunitárias (embora todos reconheçam algum tipo de direito de uso, mas o apliquem mal na prática). A propriedade da maioria das áreas protegidas na Bacia do Congo é formalmente do Estado, mesmo que sua gestão seja quase que inteiramente dependente



das comunidades locais e suas práticas tradicionais. Designar espaços para a conservação implica efetivamente algum tipo de destituição para as pessoas que dependem dessas florestas, sendo que os mais comuns são deslocá-las ou simplesmente despejá-las, bem como impor restrições à subsistência e a atividades culturais.

Do ponto de vista político, a criação de áreas protegidas tem sido um instrumento de controle territorial que começou nos tempos coloniais, quando foram criadas áreas de caça para o benefício das elites. As populações locais foram expulsas ou o uso que podiam fazer dessas terras foi muito restringido. Essa tendência continuou com os governos nacionais após a independência, quando várias dessas áreas de caça foram reconhecidas oficialmente como áreas protegidas. Muitas delas são designadas atualmente como parques nacionais, impondo restrições em termos de acesso e uso de recursos, embora um número extremamente baixo seja de reservas comunitárias ou áreas de conservação indígenas e comunitárias.

Colonialismo, doadores e ONGs de conservação

As agências governamentais encarregadas de Áreas Protegidas dependem muito de doadores internacionais e grandes organizações de conservação para orientação estratégica e contribuições técnicas, para não falar de financiamento. Dois exemplos da RDC ilustram bem essa questão: primeiro, Virunga, o mais antigo parque nacional da África, que foi criado pelo rei da Bélgica em 1925, “em grande parte como resultado do lobby incansável de um biólogo norte-americano”, de acordo com o site oficial do parque; e segundo, a proposta do Parque Nacional Lomami, uma área que está atualmente em processo de classificação, também como resultado do lobby bem sucedido de cientistas norte-americanos. O exemplo recente do Lomami, que é semelhante à maneira como foi designada mais recentemente a maioria das áreas protegidas na região, mostra a continuidade dessa configuração básica: conservacionistas “ocidentais” com um papel extremamente influente na criação de Áreas Protegidas.

Embora os Estados Unidos e a União Europeia sejam os mais importantes doadores para a conservação na Bacia do Congo, há outros atores muito relevantes, incluindo a proposta do governo da Noruega para a Iniciativa Internacional Climática e Florestal (International Climate and Forest Initiative, NICFI), que está pressionando pela implementação de programas de REDD+ na região, os governos alemão e francês, bem como o Banco Mundial. As ONGs internacionais de conservação são importantes beneficiárias desses fundos (para além do financiamento que adquirem por outros meios, como o patrocínio individual e empresarial). O World Wildlife Fund (WWF) e a Wildlife Conservation Society (WCS) são, de longe, as duas organizações com presença mais forte na região, embora não sejam as únicas. Essas ONGs têm enorme controle sobre os fluxos de informação e conseguem influenciar estratégias de conservação nacionais e regionais mais amplas. Apesar das centenas de milhões de dólares norte-americanos destinados a projetos de conservação na região na última década, ainda há poucas evidências de conquistas tangíveis. As Áreas Protegidas não estão conseguindo atingir seus próprios objetivos de conservação, o que levanta questões sobre a sustentabilidade do atual modelo de conservação na região.



Governos nacionais e organizações não governamentais locais tiveram uma participação limitada na elaboração e na operação de projetos de conservação controlados por grandes ONGs conservacionistas estrangeiras. Assim, o envolvimento de comunidades locais tem sido ainda mais limitado. As comunidades locais em torno dessas áreas estão cientes de sua influência, e sua relação com esses agentes costuma ser caracterizada por desconfiança e conflito. De acordo com o testemunho de um indígena no sul de Camarões: O pessoal da “Dobi-dobi” [WWF] tem mais dinheiro do que qualquer um aqui. Eles trabalham com todos os grandes locais, os évolués [elites/ricos], indústrias extrativas, safáris e até com ministros em Yaoundé. E os brancos estão por trás deles, até o príncipe da Inglaterra (sic) e o Banco Mundial”.

Áreas protegidas e indústrias extrativas

O modelo de conservação coexiste com um modelo de desenvolvimento baseado na extração de recursos com impactos devastadores visíveis. Os programas de conservação muitas vezes têm sido concebidos explicitamente para não contestar essas atividades extrativas – extração de madeira, concessões para mineração e petróleo, e agroindústria, com extensões de floresta cada vez maiores sendo convertidas em plantações de dendê e seringueira.

O estudo “Protected Areas in the Congo Basin: Failing both people and biodiversity?”, publicado recentemente pela Rainforest Foundation do Reino Unido, mostra como mais da metade das 34 Áreas Protegidas examinadas na região tem concessões de mineração, cerca de metade têm concessões de petróleo, e uma reserva tem três concessões madeireiras dentro de seus limites.

As abordagens atuais mostram deficiências significativas no enfrentamento dos impactos diretos e indiretos de atividades extrativas nos limites de áreas protegidas. Por exemplo, os trabalhadores migrantes costumam ser identificados com o aumento significativo da pressão da caça e da pesca, e a construção de estradas, com o aumento da extração ilegal de madeira. Ainda assim, as ONGs internacionais mais importantes defendem publicamente suas parcerias com, por exemplo, empresas madeireiras e, em vez de enxergar isso como uma contradição (como reconhecem amplamente seus impactos), elas o retratam como um meio para alcançar seus próprios objetivos. WWF e WCS, por exemplo, estabeleceram “parcerias” com algumas das maiores empresas madeireiras na região.

Quais são os principais problemas que os povos e as comunidades que dependem da floresta enfrentam quando se criam Áreas Protegidas em seus territórios?

- **As Áreas Protegidas ameaçam a subsistência e o bem-estar locais:** Sem exceção, todas as comunidades onde houve pesquisa de campo para o estudo da Rainforest Foundation UK associam áreas protegidas com dificuldades crescentes. O menor acesso a alimentos (em casos graves, levando até à desnutrição) e a produtos florestais está afetando diretamente o bem-estar das populações locais. Em nenhum caso foi dada (ou relatada) indenização por deslocamentos ou perda de meios de subsistência.
- **Os direitos humanos desrespeitados em iniciativas de conservação:** Há uma enorme distância entre obrigações, princípios e compromissos de direitos humanos de



governos nacionais, doadores e ONGs, e o que está acontecendo concretamente. Há negligência permanente e, em alguns casos, violação absoluta dos instrumentos que garantem os direitos das comunidades locais e indígenas a terras, meios de subsistência, participação e consulta.

- **Os conflitos e as violações dos direitos humanos em torno de áreas protegidas são comuns:** Comunidades em torno de diversas áreas protegidas em toda a região relatam o abuso e outras violações dos direitos humanos, principalmente nas mãos dos guardas florestais ou “ecoguardas”, além da influência de uma tendência global de militarização da região. Os abusos geralmente são associados ao combate agressivo à caça ilegal, em que as comunidades locais são visadas por caças, embora o impacto da caça de subsistência seja insignificante em comparação àquela que visa atender a centros urbanos domésticos ou mercados internacionais. As relações conflituosas com os ecoguardas não estão relacionadas apenas às restrições que eles impõem, mas a seu comportamento muitas vezes brutal para com as comunidades locais, incluindo tortura, punições cruéis, detenção arbitrária e confisco de propriedade, invasão, intimidação e estupro. Relatos de abuso, incluindo violência física e destruição de propriedades, também têm sido práticas comuns em relação aos despejos que ocorrem quando os parques são criados.
- **Enquanto as comunidades locais enfrentam severas restrições à sua subsistência, indústrias extrativas são toleradas:** Enquanto os representantes das ONGs conservacionistas tendem a perceber as populações locais como a maior ameaça imediata às Áreas Protegidas, grande indústrias extrativas, muito mais prejudiciais, são amplamente toleradas pelos governos nacionais.
- **Os povos indígenas sofrem desproporcionalmente:** Os povos indígenas parecem ter sido os que mais sofreram, provavelmente devido à sua dependência da caça e à extensão de seus territórios. Muitas vezes, as áreas habitadas por esses povos são justamente aquelas hoje entendidas pelos conservacionistas estrangeiros como as que têm maior “valor de biodiversidade”. Essa posição de vulnerabilidade significa que eles são também particularmente expostos aos impactos do modelo de conservação. A maioria dos casos de deslocamento encontrados para o estudo envolveu povos indígenas.
- **A participação e a consulta às comunidades locais são quase inexistentes:** Apenas em cerca de um terço das Áreas Protegidas analisadas no estudo as comunidades locais foram consultadas, e só um pequeno grupo foi envolvido nas decisões de gestão. Na maior parte, a abordagem tem sido predominantemente a de impor restrições rigorosas de cima para baixo, em termos de acesso e uso dos recursos florestais, sem integrar práticas de conservação ou conhecimentos tradicionais. Grandes projetos de REDD+ estão sendo planejados na República do Congo e na República Democrática do Congo, que cobrem pelo menos parcialmente o Parque Nacional Odzala-Kokoua e a reserva Tumba Lediima, respectivamente. No entanto, em ambos os casos, têm se levantado graves preocupações de que esses planos avançam sem qualquer coisa semelhante a consultas adequadas às comunidades locais, e ambos aparentemente contêm disposições que podem realmente acabar agravando a situação desses povos ainda mais.

Conclusões

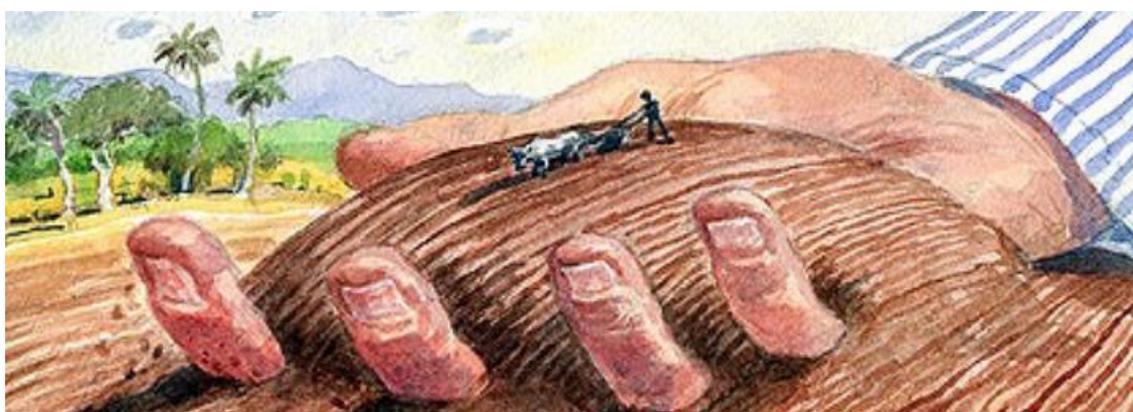
Os esforços de conservação na Bacia do Congo, na sua maioria, estão fracassando na proteção das florestas e da biodiversidade, com graves impactos negativos sobre as



populações locais, e estão, portanto, muito distantes do que poderia ser considerado justo ou sustentável. É necessária uma mudança fundamental na maneira pela qual a conservação é concebida e praticada na Bacia do Congo. Um envolvimento forte com os povos locais para garantir sua própria capacidade de conservar a natureza deve ser uma prioridade. As comunidades locais e indígenas da Bacia do Congo têm conhecimento ecológico detalhado e práticas tradicionais de conservação, e fortes ligações com a floresta tropical. As instituições de governança local devem ser reconhecidas como cruciais e os múltiplos laços que ligam essas instituições (isto é, os meios de vida, cultura, espiritualidade, identidade) aos seus ambientes devem ser alimentados, e não descartados.

Simon Counsell, simonc@rainforestuk.org e **Aili Pyhälä**, aili.pyhala@helsinki.fi
Rainforest Foundation UK, <http://www.rainforestfoundationuk.org>

(1) Este artigo é baseado no relatório “Protected Areas in the Congo Basin: Failing both people and biodiversity?”, publicado pela Rainforest Foundation do Reino Unido, que apresenta um estudo de 34 áreas protegidas em Camarões, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Gabão e República do Congo, avaliando seus impactos sobre as pessoas e a biodiversidade. Veja o relatório completo em: <http://www.mappingforrights.org/files/37804-RFUK-World-Park-Online%20%281%29.pdf>



Concentração de terras: táticas usadas por atores europeus no exterior (1)

As atuais práticas de concentração de terras incluem a tomada do controle de áreas relativamente vastas através de uma variedade de mecanismos. No processo, o uso da terra adquire um caráter extrativista, independentemente de a concentração ser motivada por pressões de fora ou de dentro do país (segurança alimentar), capitalistas em busca de novos investimentos com retorno rápido, políticas para enfrentar as mudanças climáticas ou outros propósitos. Para os povos indígenas e as comunidades tradicionais e camponesas para quem a terra e as florestas são um meio de vida, esses processos de concentração de terras em grande escala resultam em perda de controle ou do acesso a alimentos, água, medicamentos, abrigo e muitos outros usos locais de florestas e terras. Essa perda de controle ou acesso põe em risco, e muitas vezes destrói, o sustento e as



culturas das comunidades e/ou sua autonomia como povos tradicionais ou indígenas. A concentração de terras implica violência direta e/ou indireta sobre as populações locais que se opõem à inevitável perda de terras e florestas em grande escala que ela envolve.

O estudo “A concentração de terras e os direitos humanos: o envolvimento de entidades empresariais e financeiras europeias na concentração de terras fora da União Europeia”, preparado para a Subcomissão sobre Direitos Humanos do Parlamento Europeu, analisa a corrida global por terras no marco dos direitos humanos. O estudo examina as implicações de determinados negócios de terras envolvendo investidores com sede na UE e seu impacto sobre as comunidades que vivem nas áreas onde os investimentos estão ocorrendo.

O documento também analisa o papel do Estado, em cooperação com grandes empresas e agências internacionais de desenvolvimento, dando a impressão de que o uso da terra e os regimes de propriedade que são alvo da concentração são ineficientes, destrutivos ou ambos. Assim, territórios usados por camponeses que praticam agricultura itinerante e pequena agricultura, pastores, pescadores artesanais e povos da floresta que dependem delas para sua subsistência são os alvos mais frequentes desses processos de concentração de terras em grande escala.

Atores da União Europeia e os principais mecanismos de concentração de terras

Entidades empresariais e financeiras da União Europeia (UE) envolvidas na concentração de terras podem estar implicadas em uma série de abusos dos direitos humanos. Atores – financeiros e corporativos, privados e públicos – envolvidos na concentração de terras estão ligados de várias formas entre si e à UE. É importante compreender as principais táticas usadas por essas entidades para tomar a terra:

1. Como empresas privadas com sede na UE assumem o controle sobre a terra

Uma empresa que tem sede ou operações importantes em um Estado-membro da UE pode estar envolvida em um negócio com terras em diferentes pontos da cadeia de investimentos. Pode ser uma instituição financeira ou empresa que tenha fornecido um empréstimo ou adquirido ações em um negócio com terras. Também pode ser uma empresa envolvida na implementação de um determinado projeto (coordenando-o ou o dirigindo) ou um importante cliente do produto. Em alguns casos, as operações propriamente ditas são gerenciadas e/ou realizadas por uma empresa com registro local, geralmente uma subsidiária da empresa com sede na UE (a subsidiária pode ter outros acionistas), mas as operações são coordenadas a partir da sede ou da matriz. A terra pode ter sido adquirida pela empresa local ou pela empresa europeia, por meio de compra, arrendamento ou concessão. A empresa europeia pode receber apoio de seu país de origem para a aquisição das terras, através de intervenção da embaixada ou de apoio financeiro ou técnico de agências de desenvolvimento.

O caso da SOCFIN, com sede em Luxemburgo

A Socfin (Société Financière des Caoutchoucs), cujo principal acionista é o grupo francês Bolloré, é um grupo agroindustrial especializado em plantações de dendê e seringueira. O grupo Socfin é uma rede muito complexa de participações e



investimentos cruzados. As holdings financeiras do grupo têm sede em Luxemburgo, enquanto as operações propriamente ditas estão em Luxemburgo, Bélgica e Suíça, e as subsidiárias para a gestão das plantações estão estabelecidas em uma dúzia de países subsaarianos e do sudeste asiático. Embora seja uma empresa muito antiga, com operações que remontam ao domínio colonial belga no então Congo Belga, a Socfin passou por uma significativa expansão de suas operações nos últimos anos, beneficiando-se da crescente demanda mundial por óleo de dendê para alimentos industrializados e agrocombustíveis. A SOCFIN depende em grande parte de autofinanciamento e de empréstimos comerciais para a expansão de suas operações, embora tenha se beneficiado, em várias ocasiões, do apoio financeiro e técnico de instituições financeiras de desenvolvimento, como a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês) do Grupo Banco Mundial ou a Corporação Alemã de Investimentos (DEG, na sigla em alemão). Já foram denunciados graves impactos ambientais, sociais e sobre os direitos humanos causados pelos investimentos da Socfin em terras. Em diferentes países, isso levou a conflitos de terra, agitação social e criminalização de lideranças locais (Ver o recente Alerta de ação).

2. Empresas de capital financeiro da UE envolvidas na concentração de terras:

Empresas de capital financeiro incluem instituições tão diversas como bancos, corretoras, seguradoras, prestadores de serviços financeiros, fundos de pensão, fundos e empresas de investimento, e fundos de capital de risco (que investem em negócio de alto risco). As empresas de capital financeiro têm estado cada vez mais envolvidas em negócios de terras desde o início da crise financeira e do aumento dos preços dos alimentos em 2007-2008. Desde então, a terra se tornou alvo dos investidores de capital financeiro que precisavam encontrar novas oportunidades para gerar retornos rápidos ou encontrar um investimento seguro para o dinheiro que não podia ser investido em outros lugares de formas mais lucrativas. Essa tendência está aumentando a importância dos mercados financeiros, das motivações financeiras, das instituições financeiras e das elites financeiras nas aquisições de terras. Os atores financeiros nem sempre são muito visíveis em um negócio que envolva terras, pois podem estar financiando a concentração de terras indiretamente: os bancos podem fornecer crédito a empresas envolvidas em negócios de terras, ou os fundos de pensões ou investidores privados e empresariais podem fazer parte de um fundo que não divulga de onde vêm seus investimentos.

3. A concentração de terras por meio de parcerias público-privadas:

Nas parcerias público-privadas (PPP), o financiamento público é usado para reduzir o risco dos investimentos e facilitar o investimento do setor privado, geralmente por atores empresariais. A parceria pode envolver um ou mais governos e uma ou mais empresas do setor privado. No contexto de grandes negócios de terras, o setor público garante um ambiente que facilite a aquisição de terras e negócios posteriores por empresas privadas, através de intervenções políticas específicas. As PPPs anulam os limites entre agentes públicos e privados e misturam suas respectivas funções e responsabilidades, o que implica o risco de o Estado abrir mão de suas responsabilidades e obrigações públicas. Na verdade, as PPPs permitem que as empresas escapem de muitos riscos envolvidos nos investimentos em terras quando os governos reduzem riscos ou mudam regras e regulamentos para beneficiá-las.



O oleoduto Chade-Camarões

Iniciado em 2000 para transportar o petróleo bruto produzido no sul do Chade ao litoral atlântico de Camarões, o oleoduto de 1.000 km é uma das maiores parcerias público-privadas da África. A propriedade do projeto é de um consórcio petrolífero entre três empresas (Exxon/Mobil, 40%, Petronas Malasya, 35%, e Chevron US, 25%) e os governos do Chade e de Camarões, que detêm uma participação combinada de 3% na parte do projeto referente ao oleoduto. Os recursos usados para garantir a quota de investimento dos dois países foram fornecidos pelo Banco Mundial na forma de um empréstimo (2). Como argumenta Samuel Nguiffo, de CED-AT Camarões, em seu artigo republicado neste boletim (“Infraestrutura, desenvolvimento e recursos naturais na África: alguns exemplos de Camarões”), está claro que os governos incorrem em dívidas, e quem se beneficia são as corporações multinacionais.

4. Financiamento da UE para o Desenvolvimento envolvido na concentração de terras:

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) são atores importantes na concentração de terras, ou seja, como facilitadores de negócios de terras e projetos de investimento. As IFDs são bancos de desenvolvimento especializados cuja propriedade majoritária normalmente é de governos nacionais, e contribuem para a implementação da política externa de desenvolvimento e cooperação destes. No entanto, as informações sobre as atividades das IFDs nem sempre estão facilmente disponíveis. As IFDs investem grande parte do dinheiro que captam nos mercados de capitais; algumas podem receber capital adicional de orçamentos nacionais ou internacionais para o desenvolvimento. A escala de financiamento do setor privado oriundo de Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e IFDs europeias aumentou muito. Em alguns casos, o envolvimento de diferentes IFDs pode fazer com que a maioria das ações de uma empresa esteja nas mãos dessas instituições.

As plantações de dendezeiros da Feronia na República Democrática do Congo

A Feronia Inc., uma empresa listada na bolsa de valores de Toronto, tem suas plantações industriais de dendezeiros na República Democrática do Congo (RDC). Em janeiro de 2016, a propriedade da empresa passou a ser majoritariamente da CDC, a Instituição de Desenvolvimento Financeiro do Reino Unido, e de vários outros fundos europeus de desenvolvimento, através de seus investimentos no Fundo Agrícola Africano. Este é um fundo de private equity com sede nas Ilhas Maurício, financiado por instituições de desenvolvimento bilaterais e multilaterais africanas. Seu Fundo de Assistência Técnica (TAF, na sigla em inglês) é financiado principalmente pela “Comissão Europeia e gerida pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). A TAF é co-patrocinada pela Corporação Italiana de Desenvolvimento, a Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO) e a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA)”. Além disso, os bancos de desenvolvimento da Alemanha, da Bélgica e da Holanda também estão envolvidos com os investidores. Veja o artigo neste boletim: “República Democrática do Congo (RDC): Comunidades se mobilizam para se libertar de um século de plantações coloniais de dendê”.



5. A concentração de terras por meio de políticas da UE:

As seguintes políticas da UE são particularmente relevantes para o contexto da concentração de terras:

Políticas de investimento:

O atual regime internacional de investimentos, como é promovido pelos Estados Unidos e pelos países-membros da EU, contribui, entre outras graves violações dos direitos humanos, para um ambiente internacional favorável à concentração de terras. Os tratados de investimento são, por natureza, unilaterais e só os investidores podem invocar as proteções deles e fazer reclamações contra Estados, e mesmo processá-los.

Políticas de desenvolvimento:

Nos últimos anos, a UE tem cada vez mais se deslocado a uma abordagem ao desenvolvimento liderada pelo setor privado, argumentando que o envolvimento e o financiamento do setor privado são complementos indispensáveis à assistência da UE ao desenvolvimento.

Políticas de bioenergia e a Diretiva de Energias Renováveis da UE:

A Diretiva foi adotada em 2009 e entrou em vigor em 2010, visando reduzir as emissões de gases do efeito estufa, passando gradativamente a um uso significativo de formas de energia classificadas como renováveis, incluindo os biocombustíveis. Organizações da sociedade civil têm apontado repetidamente a ligação direta entre a concentração de terras e abusos documentados contra os direitos humanos e a política de biocombustíveis da UE, bem como o envolvimento das empresas europeias como atores importantes na concentração de terras nesse contexto. (3)

Políticas comerciais:

Com relação à concentração de terras, uma preocupação central está relacionada aos incentivos criados por meio de acordos comerciais da UE para aquisições de terras em grande escala em países de fora da EU, com vistas a produzir cultivos para o mercado da UE.

Políticas, acordos e tratados climáticos:

Acordos feitos na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e em eventos relacionados têm efeitos diretos sobre a legislação nacional. Muitos governos de países industrializados e agências multilaterais começaram programas e fundos para impulsionar os mercados de carbono nos países do Sul Global, principalmente os que têm florestas tropicais. A Iniciativa Internacional Climática e Florestal da Noruega, por exemplo, que está pressionando pela implementação de programas de REDD+ na região da Bacia do Congo, os governos alemão e francês, bem como o Banco Mundial, são alguns dos atores relevantes. Grandes projetos de REDD+ estão sendo planejados na República do Congo e na RDC, levantando sérias preocupações sobre a falta de consultas adequadas às comunidades locais, e parece que ambos podem acabar desapropriando esses povos ainda mais. Ver o artigo neste boletim: “Áreas Protegidas na Bacia do Congo: fracassando na proteção das pessoas e da biodiversidade”



6. Concentração de terras por meio de conversão florestal:

Converter florestas em outros usos da terra que sirvam a interesses corporativos é outra forma de concentração de terras. Na última década, a Bacia do Congo tem experimentado um crescimento sem precedentes na demanda por terras para desenvolver grandes plantações de commodities, principalmente de cultivos como o dendê. Essa demanda continua em ritmo acelerado. Uma parte substancial das terras alocadas à produção agrícola em grande escala na região, principalmente de óleo de dendê, está sendo desmatada. As empresas de plantação de dendezeiros estão direcionando florestas também para gerar lucros a partir da madeira que podem vender, ameaçando ainda mais as florestas tropicais e as populações dependentes delas. Além de tudo disso, a conversão florestal em curso está agravando as taxas de desmatamento regionais e está muito relacionada aos abusos dos direitos de terra e uma série de outros impactos sociais (4). Como resultado desses novos eventos, em 2013, a conversão agroindustrial pode já ter sido a maior causa de desmatamento na Bacia do Congo (5).

A expansão dos dendezeiros no Gabão

O grupo SIAT, uma empresa agroindustrial belga, tem operações na Nigéria, em Gana, no Gabão e na Costa do Marfim. Os principais bancos internacionais do grupo são: Grupo KBC (Bélgica), IMC/SBI (Bélgica), DEG (Alemanha), Banco Africano de Desenvolvimento e Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial. Como resultado de um exercício de privatização implementado pelo governo do Gabão em 2003, o SIAT adquiriu as estatais Agrogabon, Hévégab e o Rancho de Nyanga. Em 2004, foi assinada a convenção de relevo para essas empresas e criada a SIAT Gabão. A empresa é proprietária de plantações de dendezeiros e seringueiras e de indústrias relacionadas, como processadoras e refinarias de óleo de dendê. Grande parte das áreas escolhidas para seus planos de expansão são quase que inteiramente de floresta (6).

Uma luta crucial para as comunidades florestais e camponesas é contra a tomada de terras e a concentração da propriedade da terra, que afetam profundamente as comunidades que dependem de terras e florestas para a sua sobrevivência e seu sustento. Essa luta se tornou ainda mais difícil, não só devido à expansão de agronegócio, mineração, petróleo e gás, plantações de monoculturas de árvores, usinas hidrelétricas, projetos relacionados ao clima, etc., mas também para um maior interesse dos atores financeiros na aquisição de terras.

- (1) Este artigo, salvo indicação em contrário, se baseia no estudo “ Land grabbing and human rights: The involvement of European corporate and financial entities in land grabbing outside the European Union” (O apropriação de terras e os direitos humanos: O envolvimento de entidades empresariais e financeiras europeias na apropriação de terras fora da União Europeia), solicitado pela subcomissão sobre Direitos Humanos do Parlamento Europeu
([http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/578007/EXPO_STU\(2016\)578007_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/578007/EXPO_STU(2016)578007_EN.pdf))
- (2) <http://www.columbia.edu/itc/sipa/martin/chad-cam/overview.html#project>
- (3) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/sec3/carta-aberta-sobre-a-politica-de-biocombustiveis-da-uniao-europeia/>
- (4) <http://eia-global.org/blog/eia-leads-discussions-on-illegal-commodity-driven-forest-conversion-in-cong>
- (5) http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_4718.pdf
- (6) http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/04/Etude_sur_limpact_Plantations_palmiers_a_huile_et_hevea_sur_les_populations_du_Gabon.pdf



ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS



Estratégias e táticas das empresas que promovem a expansão das plantações de dendezeiros, enfrentando a resistência das comunidades vizinhas

De 28 a 31 de janeiro de 2016, aconteceram em Mundemba, no sudoeste de Camarões, duas reuniões internacionais sobre a expansão do cultivo do dendê e da indústria de óleo de dendê no mundo, e particularmente na África. A primeira reunião foi uma oficina de discussão entre mulheres, centrada nos impactos do monocultivo de dendê sobre a mulher e sua família, bem como nas estratégias atuais e possíveis que elas desenvolvem para defender seus interesses. A segunda reunião, intitulada “oficina global”, examinou as estratégias e as táticas a que as empresas recorrem para aumentar as plantações industriais de dendezeiros, e como as comunidades reagem para defender suas terras.

Essas oficinas reuniram cinquenta líderes de comunidades próximas às plantações industriais de dendezeiros, bem como representantes de organizações não governamentais, nacionais e internacionais, provenientes de quatro continentes. Os participantes vieram de Camarões, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Gabão, Guiné, Nigéria, Brasil, Canadá, Alemanha, Indonésia e Suíça, para trocar suas experiências.

Estratégias e táticas para aumentar a expansão das plantações industriais de dendê

As oficinas de Mundemba detectaram várias estratégias e táticas que as empresas usam para vencer, mesmo pela força, todas as formas de oposição a seus projetos de expansão.

Para isso,

- pressionam as autoridades locais para que se recusem a registrar as organizações comunitárias ou os sindicatos que se opõem a seus planos de expansão, e as convencem



a intervir para confiscar as pequenas máquinas usadas pelos agricultores para produzir seu próprio óleo de dendê;

- controlam as comunidades, organizando “reuniões de diálogo” com chefes tradicionais e pessoas importantes e, ao final da reunião, entregam envelopes com dinheiro; os que recusam não voltam a ser convidados;
- chegam às aldeias e, para obter o apoio da comunidade, oferecem subornos a chefes e líderes locais, ou outros presentes (bebidas, alimentos, motocicletas, etc.), principalmente quando se trata de mulheres, ou lhes propõem cavar poços;
- às vezes, realizam cadastro de terras sem o consentimento ou sem informar a população local;
- organizam reuniões relativas ao projeto e, em seguida, anexam à documentação uma lista falsa de participantes, fazendo crer que as comunidades aceitam o projeto;
- informam que o projeto tem o apoio do Presidente e já não pode ser interrompido; afirmam que, na ausência de títulos de propriedade, as terras pertencem ao governo e, portanto, as comunidades não têm direitos que lhes permitam acabar com o projeto;
- empregam a estratégia de “dividir para dominar”, por exemplo, convencendo uma família a ceder suas terras, quando o resto da comunidade é contra;
- oferecem empregos e contratos a pessoas importantes da população e as usam como porta-vozes do projeto;
- propõem compensações miseráveis para as comunidades mais pobres;
- deixam de comprar dos pequenos produtores, que eram fornecedores tradicionais da empresa;
- recorrem à intimidação contra os líderes da comunidade que se opõem ao projeto, chegando a prendê-los ou fazê-los passar por terroristas;
- tentam vender seus projetos de plantações como forma de combater as mudanças climáticas e gerar riqueza;
- inscrevem-se com vários nomes diferentes para confundir as comunidades e fazê-las pensar que a empresa pertence a um grupo local;
- buscam dialogar com as ONGs, mas não com as comunidades, para tentar que sejam as ONGs que se encarreguem da negociação e de abrir as portas.

Essas múltiplas táticas e estratégias enfrentam diferentes tipos de resistência das comunidades, cujas ações são condicionadas pelo entorno específico em que estão inseridas.

Criar condições para a resistência comunitária

Os encontros de Mundemba permitiram definir as ações que os membros da comunidade podem empreender para defender suas terras.

Em primeiro lugar, essas lutas devem se basear nos direitos consuetudinários das comunidades à terra. Além disso, as soluções devem vir de comunidades unidas, onde mulheres, jovens e homens falem em uníssono. É assim que esse tipo de comunidade conquista um poder tão grande. Estando unidas e sólidas, as comunidades podem fortalecer esse poder cooperando com outras organizações e comunidades locais e internacionais. Em conjunto, essas alianças podem definir seus próprios planos, diferentes dos de empresas, governos ou organismos como a Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê Sustentável (RSPO, na sigla em inglês).



É importante garantir que toda a comunidade esteja envolvida na tomada de decisões. Para isso, é preciso evitar que as decisões sejam tomadas nos bastidores. Também é necessário reforçar a autonomia econômica dos chefes e personalidades locais para evitar que se deixem tentar pela corrupção, uma vez que esses são os alvos preferidos dos investidores. Houve consenso de que a pobreza e a permanente falta de estradas e outras instalações básicas que o governo deveria fornecer tornam as comunidades vulneráveis às promessas de desenvolvimento das empresas.

Durante os encontros, os participantes insistiram na necessidade de constituir alianças para ações conjuntas em lugares ou países afetados pela mesma empresa, como a Unilever ou Socfin, ou criar um tribunal internacional para garantir a proteção dos direitos humanos e do qual as comunidades possa exigir reparação.

Também se apontou a ideia de pressionar as empresas de alimentos que se abastecem de óleo de dendê proveniente de plantações industriais e a importância de se fazer um esforço para influenciar o âmbito político rumo a reformas legislativas e institucionais.

Ambas as oficinas concluíram com declarações fortes. Uma delas resume o encontro das mulheres sobre o tema “as Mulheres e a expansão do dendezeiro e do óleo de dendê”. A outra, proveniente da “oficina global”, é uma demonstração de solidariedade para com as comunidades do departamento de Ndian, Região Sudoeste de Camarões, que lutam cotidianamente para defender suas terras.

Você pode acessar ambas as declarações finais a partir destes links:

<http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/mundemba-declaration-and-statement-of-solidarity/>

Marie Crescence, radd2009@yahoo.fr.

- SEFE (Struggle to Economize Future Environment)
- RADD (Réseau des Acteurs du Développement Durable)
- Com assessoria de CED (Centre pour l'Environnement et le Développement), em cooperação com as organizações internacionais WRM e GRAIN, e com financiamento de Pain pour le Prochain.



ALERTAS DE AÇÃO

“Conservacionistas, vocês estão ouvindo?” Povos indígenas Baka em Camarões

No sudeste de Camarões, povos indígenas Baka e seus vizinhos continuam sendo despejados ilegalmente em nome da conservação – mais recentemente, para uma reserva de caça instituída em 2015 com o apoio do Fundo Mundial pela Natureza (WWF). Um vídeo feito pela *Survival International* mostra os testemunhos de homens e mulheres Baka revelando a violência que sofreram nas mãos de milícias de combate à caça ilegal apoiadas pelo WWF. Desmascaram-se as alegações do WWF de que a situação parece ter melhorado. Outras vítimas escreveram cartas abertas para protestar contra o tratamento injusto que receberam. “Eles nos batem com facões aqui na aldeia... Queremos que os envolvidos parem com isso... A floresta é tudo que conhecemos. Nós não queremos ser forçados a ficar na aldeia”.

Veja o vídeo: <http://www.survivalinternational.org/films/baka>

A Survival International também denunciou o WWF pela parceria com a empresa madeireira francesa Rougier, que está destruindo as florestas dos indígenas baka

A empresa é parceira oficial do Fundo Mundial pela Natureza (WWF), embora tenha sido denunciada por suas atividades em Camarões, que incluem fixação ilegal de preços, extração ilegal de madeira fora de concessão, corte de mais árvores do que o autorizado e exportação ilegal de madeira rara. Sob a lei camaronesa, os Baka são frequentemente criminalizados como “caçadores” quando caçam para alimentar suas famílias. Em um mapa produzido pela Rougier, todos os acampamentos dos Baka em florestas dentro de uma concessão são rotulados como “acampamentos de caçadores ilegais”.

Leia um artigo da *Survival International* denunciando o caso:

<http://www.survivalinternational.org/news/11276>

Mobilizações camponesas em Camarões

As empresas Socapalm e Safacam são controladas pela Socfin, uma multinacional do agronegócio especializada no cultivo de dendezeiros e seringueiras. O grupo tem empresas financeiras e operacionais na Bélgica, Luxemburgo e Suíça, que administram plantações em uma dúzia de países africanos e asiáticos. A agressiva política de expansão do grupo levou à concentração de terras, causando sérios impactos sobre as condições de vida das populações locais. Isso gerou muitas reações dos membros da comunidade diretamente afetados, bem como de ONG internacionais. Em 1º de junho de 2016, centenas de moradores das aldeias, homens, mulheres e crianças se mobilizaram pacificamente para interromper as atividades da Socapalm e da Safacam em cinco plantações (Mbambou, Mbongo, Dibombari, Safacam, Kienké) para interpelar a direção da Socfin. Ao mesmo tempo, membros de comunidades de Serra Leoa, Libéria e Camboja se uniram aos camaroneses para denunciar os mesmos abusos em seus países.

Leia a nota à imprensa da Synaparcam (Associação Nacional de Camponeses e Ribeirinhos de Camarões), que reúne mais de 1.000 membros em cinco plantações diferentes.



Além disso, acesse a **primeira edição da revista trimestral de informações e colaboração entre as associações “Revista Linha de União” (em francês)**, produzida pelas associações em defesa dos direitos da população ribeirinha de Camarões que vivem ao lado de plantações da Socapalm. O objetivo é informar aos atores do setor de óleo de dendê sobre a realidade dessa atividade e revelar ao mundo a realidade diária desse ambiente, para poder facilitar a articulação das ações entre todos com o intercâmbio.

RECOMENDADOS

Sob o Radar: Um breve resumo da situação dos ambientalistas na África Central

O relatório pretende chamar a atenção para as violações e ameaças enfrentadas pelos defensores do meio ambiente na África Central e, especificamente, na Bacia do Congo. O relatório é baseado em dois estudos. O primeiro diz respeito ao marco jurídico para a proteção dos ambientalistas na África Central e o segundo trata da inclusão dos direitos das comunidades nos países da África Central.

Leia o relatório em francês:

http://www.cedcameroun.org/wp-content/uploads/2016/04/CED_SOUS-LE-RADAR_light.pdf

A cartilha “12 Respostas para 12 Mentiras sobre plantações de monoculturas de dendê” disponível em Swahili e em Lingala

O documento produzido pelo WRM tem como objetivo fortalecer as lutas de todos aqueles que se opõem às plantações de dendezeiros em grande escala no Sul global. Depois de se expandir durante décadas na Indonésia e na Malásia, grandes expansões vêm ocorrendo mais recentemente nas áreas rurais de países da África e América Latina. Essas expansões de plantações industriais de dendê prejudicam, mais uma vez, o modo de vida das comunidades rurais, bem como suas propostas sobre como usar a terra de forma a melhorar seu bem-estar.

Disponível em [Swahili](#) e em Lingala
Você pode acessá-lo em Português [aqui](#)



A cartilha “10 alertas sobre REDD para comunidades” disponível em Swahili e em Lingala

O objetivo principal desta cartilha é informar às comunidades sobre os graves problemas que um projeto REDD costuma causar para os sujeitos envolvidos. O WRM tem visitado várias dessas comunidades nos últimos anos. Elas, sem exceção, têm muita coisa para contar. Foi isso que nos motivou a escrever esta cartilha: compartilhar experiências com outras comunidades que correm o risco de também serem afetados por um projeto REDD.

Disponível em [Swahili](#) e em [Lingala](#)
Você pode acessá-lo em Português [aqui](#)

Coleção de vídeos sobre os impactos das grandes plantações industriais de dendê

O WRM, em conjunto com a GRAIN, preparou uma coleção de vídeos sobre os impactos das grandes plantações industriais de dendê (palma). Os vídeos foram produzidos por vários parceiros de todo o mundo que combatem a expansão das plantações de dendezeiros industriais, e descrevem os impactos que as comunidades locais sofrem quando a expansão ocorre em seus territórios. A coleção tem como objetivo fornecer informações para organizações de base, movimentos e ativistas, particularmente na África – onde a expansão é mais recente e ocorre em ritmo alarmante.

Você pode acessar os vídeos aqui: <http://wrm.org.uy/pt/videos/colecao-de-videos-sobre-os-impactos-das-grandes-plantacoes-industriais-de-dende/>

Realidades do REDD: duas publicações que mostram como é o REDD para as comunidades

A equipe do WRM quer compartilhar duas publicações que evidenciam como o REDD prejudica os direitos dos povos das florestas, não consegue resolver o desmatamento e coloca a culpa pelo desmatamento e as emissões em práticas agrícolas camponesas, enquanto prejudica os sistemas alimentares locais.

A publicação do WRM “*REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras*” apresenta os resumos dos relatórios de 24 projetos ou programas de REDD com uma característica em comum: todos são conhecidos por ter causado danos e gerado queixas de comunidades na área do projeto.

<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>



A publicação conjunta de GRAIN e WRM, “*Como os projetos de REDD prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas*”, mostra por que o REDD+ reforça o sistema alimentar e agrícola empresarial, que é, em grande parte, responsável pela mudança climática, roubou os territórios de muitas comunidades e povos da floresta e prejudica os sistemas alimentares e agrícolas de camponeses e povos indígenas que podem resfriar o planeta.

<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/como-os-projetos-de-redd-prejudicam-a-agricultura-camponesa-e-as-verdadeiras-solucoes-para-as-mudancas-climaticas/>

Mulheres da África Ocidental defendem o óleo de dendê tradicional

Um vídeo produzido pela GRAIN mostra como as mulheres rurais na África Ocidental estão trabalhando para proteger a produção tradicional de óleo de dendê diante da expansão destrutiva das plantações de dendezeiros industriais.

Veja o vídeo em espanhol, inglês e francês em:

<https://www.grain.org/es/article/entries/5467-west-african-women-defend-traditional-palm-oil>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>